



Indicadores Sociais do CEARÁ 2011



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE INSTITUTO
DE PESQUISA
E STATÍSTICA
ECONÔMICA
DO CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

Indicadores Sociais do CEARÁ 2011

ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ

Fortaleza
2013

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – **Governador**

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – **Secretário**

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Flexa Daltró Barreto – **Diretor Geral**

Régis Façanha Dantas – **Diretor de Estudos Sociais**

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – **Diretor de Estudos Econômicos**

COORDENAÇÃO

Régis Façanha Dantas – **Diretor de Estudos Sociais**

ELABORAÇÃO

Parte 1 – Resumo dos Indicadores

Artur Ícaro de Moraes Pinho

Parte 2 – Análise detalhada dos Indicadores

- 1 Aspectos Demográficos – Luciana de Oliveira Rodrigues
- 2 Condições dos Domicílios – Raquel da Silva Sales
- 3 Saúde – Victor Hugo e Laislânia Holanda de Lima
- 4 Educação – Daniel Cirilo Suliano
- 5 Trabalho e Rendimento – Vitor Hugo Miro C Silva
- 6 Desigualdade de Renda e Pobreza – Jimmy Lima de Oliveira

Indicadores Sociais do Ceará 2011

Fortaleza, Ceará, IPECE, 2012

ISSN: 1983-4934

1 - Estatística - Indicadores Sociais. 2 - Ceará. I - Título.

CDU31 (813.1)

Tiragem: 1.000 exemplares. 68 páginas.: graf.

tabs. Copyright © 2013 - IPECE *Impresso no*

Brasil

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora
Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAN – 2º andar
60830-120 – Fortaleza-CE
Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496
Fax: (85) 3101-3500
www.ipece.ce.gov.br - ouvidoria@ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE oferece à sociedade cearense os Indicadores Sociais do Estado para ano de 2011. A presente edição mantém as mesmas dimensões de análise das edições anteriores, mas acrescenta algumas novidades em termos de gráficos e análises com o único objetivo de tornar ainda mais atraente a leitura e fácil interpretação dos resultados.

Vale ressaltar que a base de dados utilizadas foi a dos microdados da Pesquisa por amostra de domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, divulgados em setembro de 2012, os valores de 2011, e os valores reponderados para série de 2001 a 2009. Portanto, os indicadores sociais apresentados nesta síntese não são estritamente comparáveis com as sínteses publicadas pelo IPECE que apresentam dados de 2001 em diante haja vista haverem mudanças nos pesos das entidades amostrais.

A parte 1 apresenta um resumo de 22 indicadores mostrando inicialmente a situação do Ceará em relação ao Brasil para os anos de 2001, 2006, 2009 e 2011. Em seguida é apresentado um resumo dos indicadores para o Ceará fazendo uma comparação com a região nordeste e o país primeiramente para o ano de 2011, em seguida para 2009 e as taxa de variação entre esses anos.

Já a parte 2 realiza-se análises temáticas dos indicadores (por demografia, condições dos domicílios particulares e permanentes, saúde, educação, trabalho e rendimento, desigualdade de renda e pobreza) para a série 2001 a 2009 e para o ano de 2011.

Com isso, espera-se contribuir para a adequada análise das condições sociais em que se encontra a população do Estado do Ceará bem como das principais transformações socioeconômicas verificadas nos últimos anos em comparação com o nordeste e o Brasil.

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Diretor Geral do IPECE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
PARTE I - RESUMO DOS INDICADORES	7
PARTE II - ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES	18
1- ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	18
2 – CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS	28
3 – SAÚDE	33
4 – EDUCAÇÃO	39
5 – TRABALHO E RENDIMENTO	46
6 – POBREZA, RENDA E DESIGUALDADE	54
6.1 Pobreza	54
6.2 Extrema Pobreza	57
6.3 Renda	61
6.4 Desigualdade	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68

PARTE I - RESUMO DOS INDICADORES

Essa seção apresenta uma análise sintética dos principais indicadores socioeconômicos do Estado do Ceará em 2011, e compara-os aos respectivos indicadores da Região Nordeste e do Brasil. Também é feita uma comparação com os indicadores equivalentes de 2001, 2006 e 2009, visando analisar o comportamento da evolução destes indicadores no curto, médio e longo prazos.

No sentido de avaliar a situação relativa do Ceará em relação ao restante do país, são apresentados gráficos de radar, tomando os indicadores do Brasil como referência, de forma a construir uma medida sintética que evidencia, em termos gerais, se o Estado vem se aproximando da média nacional ao longo do tempo.

Essa medida é construída a partir das relações entre os indicadores do Ceará e do Brasil. Mais especificamente, essas relações são construídas da seguinte forma:

(1) Indicador do tipo "quanto maior, melhor":

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Ceará} / \text{Indicador do Brasil}) \times 100\%$$

(2) Indicador do tipo "quanto menor, melhor":

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Brasil} / \text{Indicador do Ceará}) \times 100\%$$

Com isso, se o valor de uma relação for inferior a 100%, isto evidenciará que o indicador do Ceará é pior que o do Brasil; uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes; e, finalmente, se a relação for superior a 100%, isto sugere que o indicador do Ceará é melhor que a média nacional. Portanto, a medida sintética proposta consiste na média das relações ora

descritas para um determinado ano. Os resultados são apresentados graficamente por meio de um radar. Assim, dois tipos de informações muito importantes podem ser obtidos: no mesmo ano, será possível identificar quais indicadores do Ceará são melhores ou piores que os do Brasil, e a análise da média das relações evidenciarão se o Estado tem-se aproximado ou não da média nacional ao longo do tempo.

Os gráficos propostos são construídos a partir dos 22 indicadores a seguir.

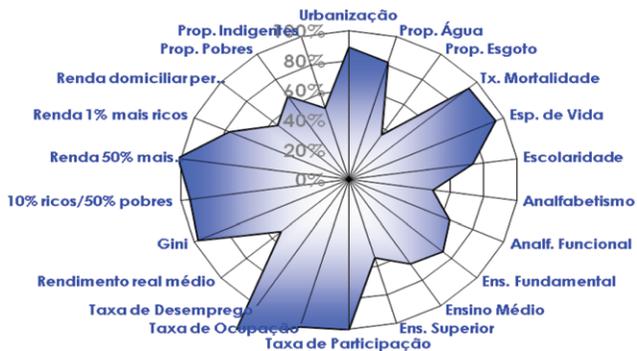
- Grau de urbanização (↑)
- Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado (↑)
- Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (↑)
- Taxa de mortalidade infantil (↓)
- Esperança de vida ao nascer (↑)
- Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) (↑)
- Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) (↓)
- Porcentagem de analfabetismo funcional entre adultos (↓)
- Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo (↑)
- Percentual da população adulta com pelo menos o Ensino Médio completo (↑)
- Percentual da população (com 25 anos ou mais) com Nível Superior completo (↑)
- Taxa de Participação (↑)
- Taxa de Ocupação (↑)
- Taxa de Desemprego (↓)
- Rendimento Real Médio (↑)
- Índice de Gini (↓)
- Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população (↓)
- Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres (↑)
- Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas (↓)
- Renda domiciliar *per capita* real (↑)
- Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (↓)
- Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (↓)
- Quando o indicador vem acompanhado por (↑), significa que ele é do tipo “quanto maior, melhor”; quando vem acompanhado por (↓), é do tipo “quanto menor, melhor”.

Os gráficos 1, 2, 3 e 4, a seguir, mostram a situação do Ceará em relação ao

Brasil, assim como a média das relações para os anos de 2001, 2006, 2009 e 2011.¹

GRÁFICO 1

Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2001



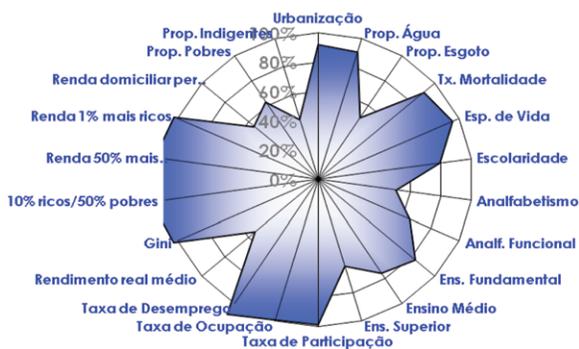
Média = 77,55%

Fonte: PNAD

Conforme o gráfico 1, em 2001, em termos gerais, a situação do Ceará representava, em média, 77,55% da situação brasileira, quando se considera os indicadores listados.

GRÁFICO 2

Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2006



Média = 80,76%

Fonte: PNAD

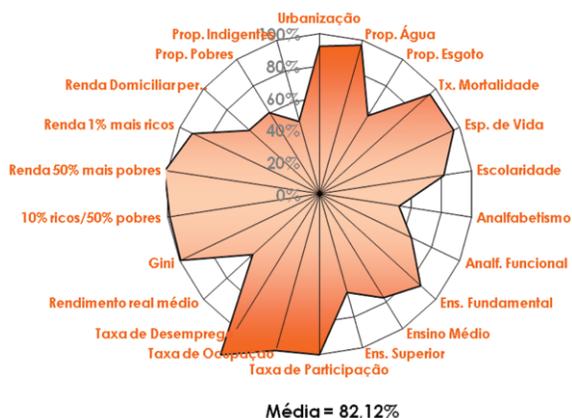
Em 2006, em termos gerais, o Ceará obteve avanços em alguns indicadores,

¹ Cabe destacar que em função da mudança de definição de algumas variáveis, os valores diferem levemente em relação à publicações anteriores dos Indicadores Sociais do IPECE.

e passou a ter em média, 80,76% da situação brasileira. Em 2009, apresentou uma situação relativa de 82,12% do padrão nacional, como ilustra o gráfico 3, a seguir.

GRÁFICO 3

Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2009



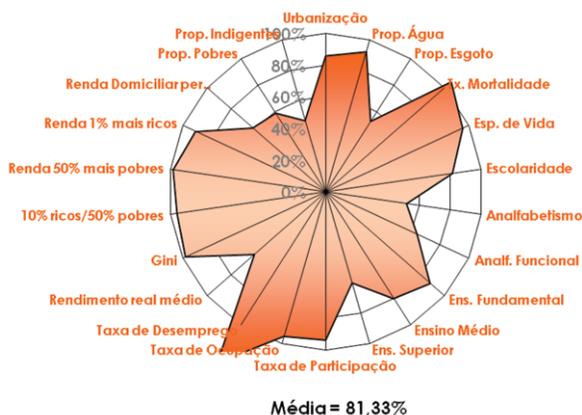
Fonte: PNAD

Em 2009, alguns indicadores apresentaram relações iguais ou superiores a 100% sugerindo que para tais indicadores o Ceará é melhor que a média nacional. São eles: a taxa de participação, taxa de ocupação, taxa de desemprego e a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população.

Em 2011, o Ceará manteve sua situação em relação ao Brasil, com uma pequeno decréscimo na média, como ilustra o gráfico 4, a seguir. Neste caso, a média das relações foi igual a 81,33%, portanto, um valor ligeiramente inferior ao observado em 2009.

GRÁFICO 4

Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2011



Fonte: PNAD

A partir destes gráficos, é possível observar que a média relativa dos indicadores no Ceará vem apresentando um crescimento contínuo e considerável entre 2001 e 2011, onde se verifica uma melhora da situação cearense em relação aos padrões nacionais.

De forma mais específica, a análise dos 22 indicadores contemplados neste estudo fornece os seguintes indícios:

- O Ceará, em 2011, encontra-se em uma situação (valor absoluto) melhor que o Nordeste em 11 indicadores, e melhor que o Brasil e o Nordeste em 2.
- No período entre 2009 e 2011, o Ceará teve melhor desempenho (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 6 indicadores, apenas melhor que o Brasil em 2, e somente melhor que o Nordeste em 2.
- Entre 2006 e 2011, 7 indicadores do Ceará tiveram variações melhores do que os indicadores do Nordeste e do Brasil, apenas melhores do que o do Brasil em 5, e somente melhor que no Nordeste em 1.
- No período de 10 anos, entre 2001 e 2011, 12 indicadores do Ceará tiveram variações melhores do que os indicadores do Nordeste e do Brasil, apenas melhores do que o do Brasil em 3, e somente melhores que no Nordeste em 3.

Assim, é possível constatar que o Estado já possui, em termos gerais, um nível social melhor que o Nordeste e vem avançando no sentido de reduzir as disparidades em relação ao Brasil.

Os valores dos indicadores e suas performances em diferentes períodos possibilitaram a obtenção destas conclusões e, também, foram usados na elaboração das figuras analisadas anteriormente, sendo apresentados em uma série de quadros-resumo, a seguir.

Quando se observa o Quadro 1, a seguir, fica claro que o Estado do Ceará supera a média da Região Nordeste na maioria dos indicadores. Ainda neste, é possível verificar, que o Estado do Ceará se destaca em vários indicadores quando se refere à evolução nos últimos anos.

Em mais de um terço dos casos, o Estado apresenta melhorias nos indicadores mais significativas do que a Região Nordeste e do que o Brasil, tanto entre 2009 e 2011 (Quadro 3), e entre 2001 e 2011 (Quadro 4). Nesta evolução de longo prazo, merece destacar que o Ceará apresentou melhorias significativas na maioria dos indicadores, e boa parte destes evoluiu bem acima da média nacional e da Região Nordeste.

QUADRO 1: Resumo dos Indicadores Sociais - Valores de 2011

INDICADORES		VALORES EM 2011		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	73,03	73,66	84,96
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	78,00	79,90	84,60
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	29,10	35,10	54,90
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)*	13,13	15,69	13,93
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)*	67,10	67,20	69,70
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	6,01	5,99	7,35
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	16,47	16,87	8,59
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	38,08	37,70	24,45
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	51,11	47,93	57,89
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	31,23	30,78	39,02
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	6,85	7,00	11,45
12	Taxa de Participação (%)	61,87	62,85	66,15
13	Taxa de Ocupação (%)	58,64	57,88	61,73
14	Taxa de Desemprego (%)	5,22	7,91	6,69
15	Rendimento Real Médio	754,96	789,61	1252,88
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,537	0,543	0,529
17	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	13,34	13,76	12,80
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	16,02	15,84	16,27
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	12,76	13,73	11,69
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)**	464,93	468,62	753,89
21	Proporção de pessoas pobres	49,35	50,13	29,21
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	10,14	10,16	4,75

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE/DATASUS.

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil. * Valores de 2010. ** Valores corrigidos pelo INPC de setembro de 2011.

QUADRO 2: Resumo dos Indicadores Sociais - Valores de 2009

INDICADORES		VALORES EM 2009		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	77,31	72,67	83,56
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	81,80	77,90	84,20
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	30,60	30,50	52,50
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	15,52	17,03	14,80
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	66,80	66,90	69,40
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,87	5,80	7,17
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	18,55	18,77	9,72
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	37,55	38,25	24,75
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	47,95	44,30	54,90
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	28,22	28,30	36,70
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	6,59	6,20	10,58
12	Taxa de Participação (%)	68,75	66,25	68,57
13	Taxa de Ocupação (%)	63,99	60,35	62,91
14	Taxa de Desemprego (%)	6,91	8,91	8,25
15	Rendimento Real Médio	626,95	677,03	1090,58
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,543	0,556	0,540
17	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	13,79	14,78	13,59
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	15,95	15,23	15,65
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	13,18	14,30	12,03
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	431,63	442,78	709,01
21	Proporção de pessoas pobres	54,02	54,45	32,76
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	10,90	11,03	5,17

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE/DATASUS.

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.** * Valores corrigidos pelo INPC de setembro de 2011

QUADRO 3: Resumo dos Indicadores Sociais
Varição percentual de 2009-2011

INDICADORES		VALORES EM 2011		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	-5,53	1,36	1,67
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	-0,05	0,03	0,00
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	-0,05	0,15	0,05
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-15,42	-7,85	-5,86
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	0,45	0,45	0,43
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	2,34	3,35	2,43
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-11,21	-10,12	-11,63
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	1,41	-1,44	-1,21
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	6,58	8,20	5,45
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	10,65	8,77	6,32
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	3,96	12,88	8,20
12	Taxa de Participação (%)	-10,00	-5,13	-3,52
13	Taxa de Ocupação (%)	-8,36	-4,08	-1,88
14	Taxa de Desemprego (%)	-24,56	-11,24	-18,91
15	Rendimento Real Médio	20,42	16,63	14,88
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-1,18	-2,30	-1,98
17	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-3,27	-6,91	-5,82
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	0,44	4,00	3,96
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-3,22	-3,98	-2,80
20	Renda domiciliar per capita real (R\$)	7,71	5,84	6,33
21	Proporção de pessoas pobres	-8,63	-7,93	-10,84
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	-7,05	-7,83	-8,05

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE/DATASUS.

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.**

QUADRO 4: Resumo dos Indicadores Sociais
Varição percentual de 2006-2011

INDICADORES		VALORES EM 2011		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	-4,35	3,18	2,53
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	3,72	6,53	2,05
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	20,25	25,81	13,90
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-27,46	-18,55	-15,11
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	2,13	2,13	1,46
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	12,64	14,33	9,53
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-20,16	-18,86	-18,11
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-9,33	-12,06	-10,73
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	21,68	23,85	14,64
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	28,54	29,88	21,32
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	25,10	36,73	27,97
12	Taxa de Participação (%)	-9,16	-6,82	-4,16
13	Taxa de Ocupação (%)	-6,73	-6,36	-2,40
14	Taxa de Desemprego (%)	-32,14	-5,41	-20,05
15	Rendimento Real Médio	39,69	32,30	25,12
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-1,73	-5,03	-5,61
17	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-5,63	-15,01	-16,30
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	3,23	8,95	11,68
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	3,17	-11,65	-7,83
20	Renda domiciliar per capita real (R\$)	31,57	23,31	17,47
21	Proporção de pessoas pobres	-20,99	-19,66	-25,64
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	-32,45	-28,31	-25,39

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE/DATASUS.

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.

QUADRO 5: Resumo dos Indicadores Sociais
Varição percentual de 2001-2011

INDICADORES		VALORES EM 2011		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	-2,05	4,49	1,28
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	17,47	15,46	4,44
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	79,63	59,55	20,93
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-38,26	-34,44	-29,93
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	5,17	5,00	3,87
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	36,88	34,76	23,33
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-33,54	-30,43	-30,56
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-23,95	-24,99	-25,18
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	94,68	95,88	61,71
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	86,35	70,55	55,76
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	73,47	78,62	57,51
12	Taxa de Participação (%)	-8,11	-4,11	-1,29
13	Taxa de Ocupação (%)	-6,04	-3,00	1,60
14	Taxa de Desemprego (%)	-28,58	-11,70	-28,41
15	Rendimento Real Médio	50,65	50,29	32,22
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-12,08	-9,58	-11,31
17	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-33,59	-27,90	-32,45
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	25,94	21,77	30,11
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-28,81	-15,34	-15,67
20	Renda domiciliar per capita real (R\$)	46,71	50,84	32,10
21	Proporção de pessoas pobres	-31,27	-30,33	-38,95
22	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (indigentes)	-54,66	-54,19	-57,61

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE/DATASUS.

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.**

PARTE II - ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES

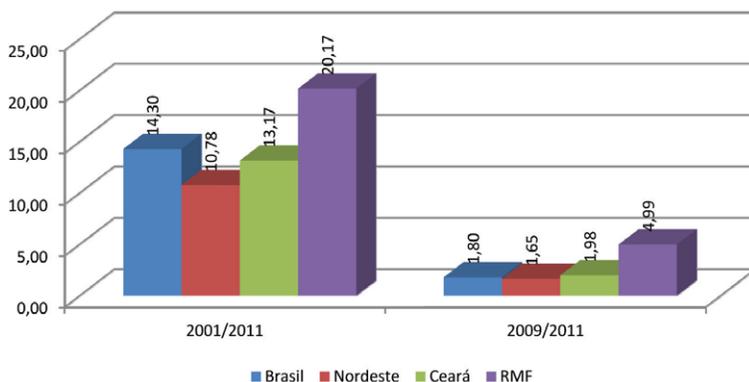
1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Em 2011, a população estimada do Estado do Ceará foi de 8.671.086 pessoas, que representa, aproximadamente, 16% da população nordestina e, 4,4% da população brasileira¹. Sendo que 43,1% dessa população vivem em municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

O Gráfico 1.1 apresenta as taxas médias de crescimento da população do Brasil, Nordeste, Ceará e da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), considerando-se tanto uma perspectiva de longo prazo (2001-2011), como de curto prazo (2009-2011). Como pode ser observado, em dez anos a população cearense teve um ritmo de crescimento maior que o Brasil e o Nordeste. Enquanto que a RMF apresentou crescimento mais intenso que as demais regiões no período analisado. De 2009 a 2011 a população da RMF teve um incremento de mais de 4,99% de sua população, o que corresponde a aumento de mais de 177 mil novos moradores.

GRÁFICO 1.1

Variação percentual da população residente – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 2001/2011 e 2009/2011



Fonte: PNAD/IBGE.

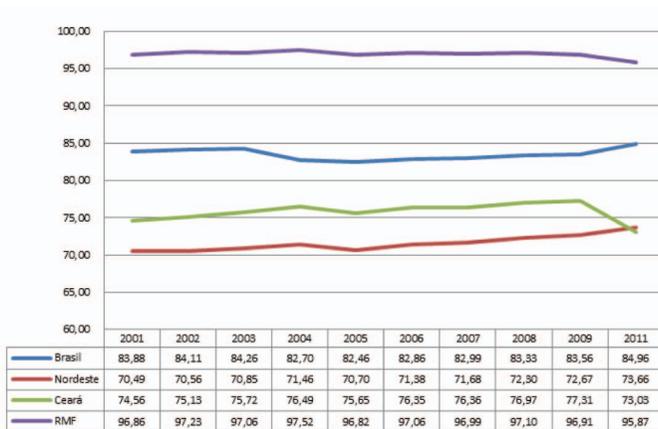
¹ Estes dados, assim como as demais informações apresentadas nesta seção têm como fonte primária a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

O Gráfico 1.2 apresenta a taxa de urbanização para os anos de 2001 a 2011. A taxa de urbanização pode ser definida como o percentual da população residente da área urbana em relação à população total de cada região. Observa-se um crescimento contínuo da população que residiam nos centros urbanos na RMF de 2001 a 2008, no entanto, em 2009 e 2011 cai a taxa de urbanização nesta região. Em 2009, cerca de 96,9% da população residente na RMF residiam na área urbana, em 2011, cai para 95,87%.

A maior queda é registrada entre a população residente na área urbana do estado do Ceará, seguindo um movimento inverso ao apresentado pelo resto do Brasil e a Região do Nordeste que apresentou crescimento neste período.

GRÁFICO 1.2

Taxa de Urbanização (em %) – Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – 2001 a 2011

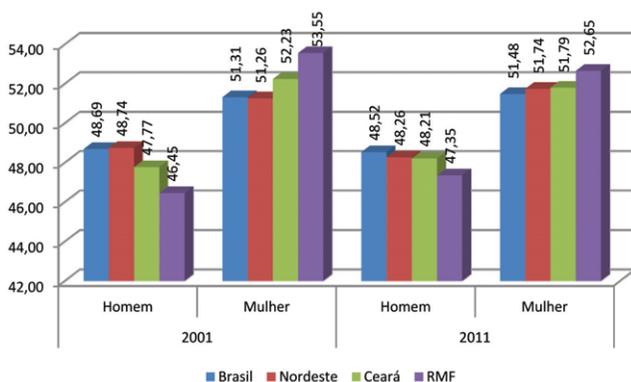


Fonte: PNAD/IBGE.

Já no que diz respeito à distribuição da população por sexo, percebe-se que a população feminina é predominante e permanece constante no período de dez anos em todas as regiões analisada. No Ceará, as mulheres representam em 2011, mais de 51% da população do estado, enquanto que na RMF elas são mais de 52% do total da população, acompanhando o padrão verificado no Brasil e no Nordeste.

GRÁFICO 1.3

Distribuição da população por gênero (%) - Brasil, Nordeste e Ceará – 2001 e 2011

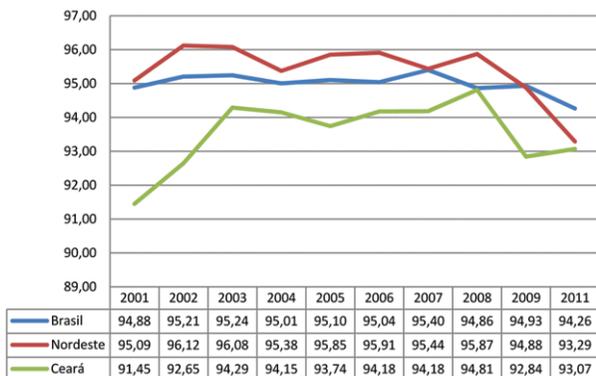


Fonte: PNAD/IBGE.

Um indicador usualmente utilizado nesse contexto é a razão de sexo, que representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres. Se esta for menor (maior) que 100, isto representará que há um número menor (maior) de homens que o de mulheres na população. Portanto, como pode ser observada no Gráfico 1.4, há uma predominância de pessoas do sexo feminina, que segue uma tendência contínua na serie analisada. No Ceará, em 2011, a cada 100 mulheres há pelos menos 93 homens no Estado, percentual menor que a média nacional e do Nordeste.

GRÁFICO 1.4:

Razão de Sexo - Brasil, Nordeste e Ceará – 2001 a 2011



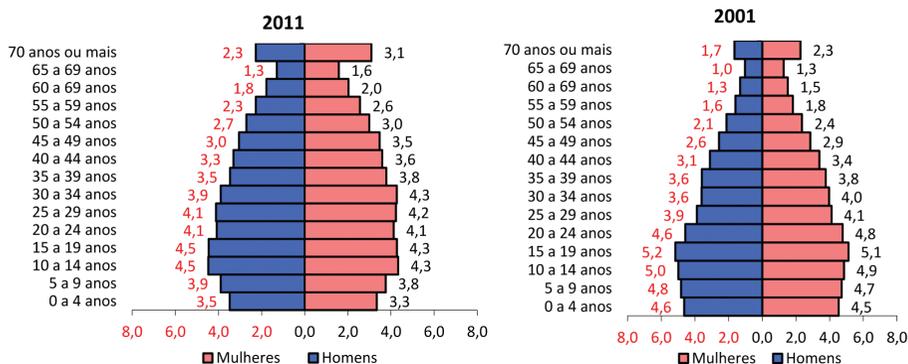
Fonte: PNAD/IBGE.

Segundo dados da Estatística do Registro Civil do IBGE de 2011², a cada grupo de 100 mulheres nascidas vivas, nascem pelo menos 105 homens no Brasil, no entanto, nas idades jovens e adultas há uma inversão no número de mulheres em relação aos homens. Essas estatísticas devem-se a influência das taxas de migração e em decorrência da alta incidência de óbitos masculinos causados pela violência. Isto pode ser verificado através da análise das pirâmides etárias do Brasil, Nordeste, Ceará e RMF para os anos de 2001 e 2011.

No caso do Brasil, por exemplo, conforme a Figura 1.1, a constatação feita acima fica clara ao serem analisadas as suas pirâmides etárias, que mostram que a população feminina é preponderante nas faixas etárias com 20 anos e mais. Situações similares são evidenciadas para o Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza, conforme as Figuras 1.2, 1.3 e 1.4 ilustram, respectivamente.

Figura 1.1

Pirâmides Etárias – Brasil – 2001 e 2011

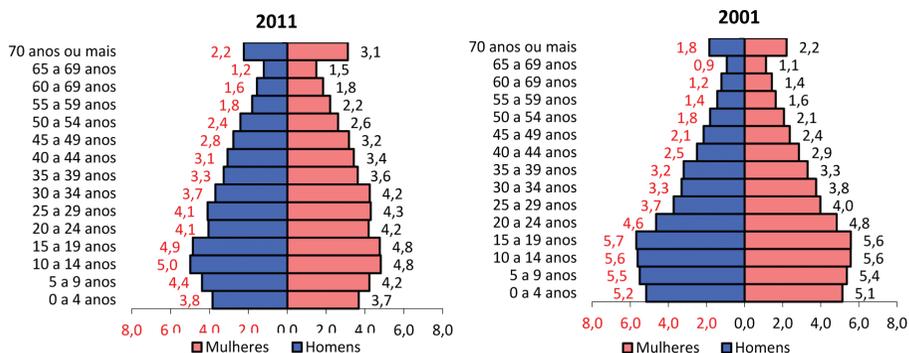


Fonte: PNAD/IBGE.

²Estes dados estão disponíveis para acesso no site <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=18&i=P&c=2612>.

FIGURA 1.2 :

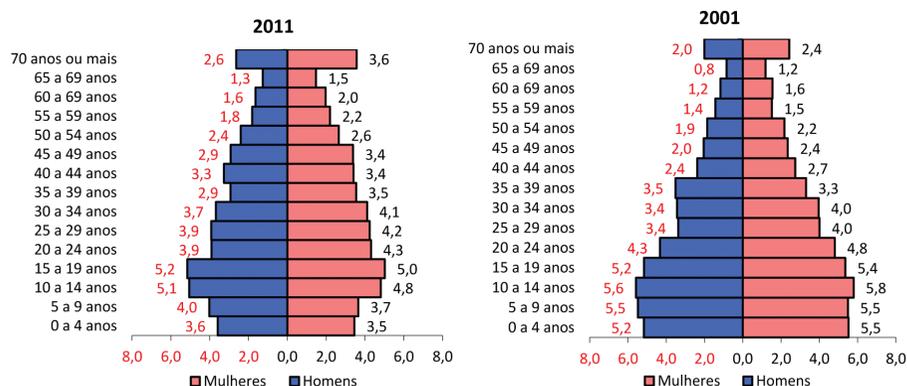
Pirâmides Etárias – Nordeste – 2001 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE.

FIGURA 1.3 :

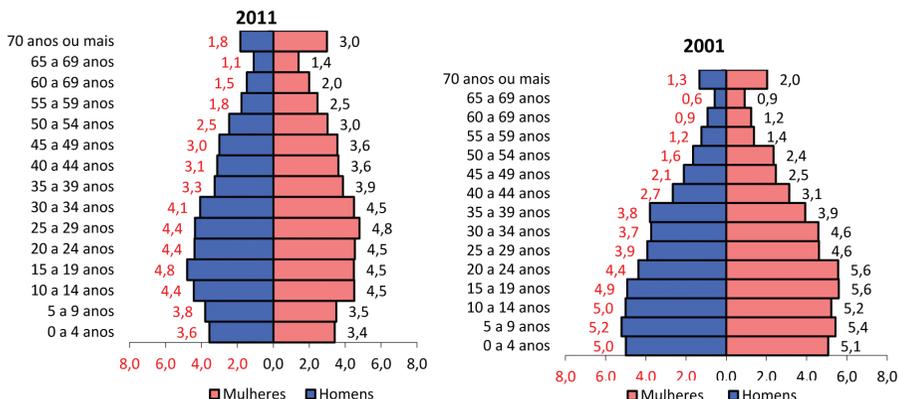
Pirâmides Etárias – Ceará – 2001 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE.

FIGURA 1.4

Pirâmides Etárias – Região Metropolitana de Fortaleza – 2001 e 2011



Fonte: PNAD/IBGE.

Outra constatação muito importante que pode ser feita a partir das pirâmides etárias apresentadas diz respeito a uma tendência já verificada nos países desenvolvidos e em outros países em desenvolvimento, e que também se manifesta claramente nas áreas geográficas em análise: o processo de envelhecimento da população. No caso, percebe-se uma tendência de aumento da participação das faixas com 20 anos e mais, com destaque para o grupo de pessoas com 60 anos ou mais.

Mais especificamente, em 2011, o Brasil apresentava 68,0% da sua população com idades iguais ou superiores a 20 anos. Já o Ceará e o Nordeste, que possuem populações mais jovens que a média brasileira, apresentaram, em 2011, 64,4% e 65,2% de pessoas com 20 anos ou mais de idade, respectivamente. Como foi observado, as pirâmides etárias estão ficando com as bases menos achatadas e os picos mais largos ao longo do tempo.

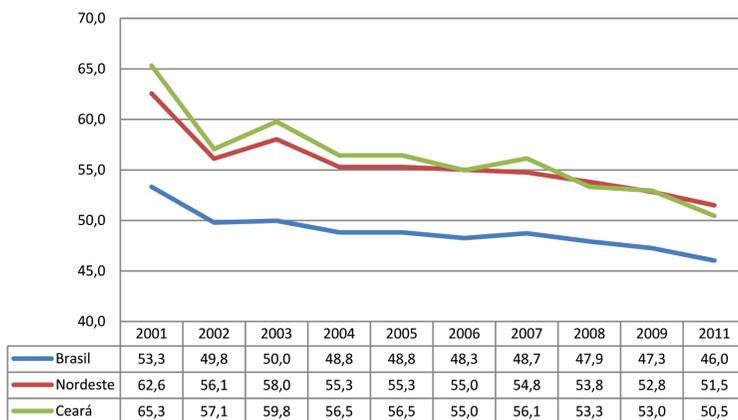
Essa transformação pode ser, pelo menos em parte, devido à melhoria nas condições de vida da população, como por exemplo, melhoria da saúde, melhores condições de trabalho que implica na ampliação da expectativa de vida das pessoas conforme será verificado nas próximas seções. A redução na base da pirâmide se deve, sobretudo, à redução da taxa de fecundidade das mulheres, maior planejamento familiar e maior participação da população feminina no mercado de trabalho.

Como um reflexo dos movimentos descritos acima, observa-se uma tendência de redução na razão de dependência, que representa a razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a

população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). O comportamento deste indicador é apresentado a seguir com a ajuda do Gráfico 1.5.

Gráfico 1.4

Razão de Dependência – Brasil, Nordeste e Ceará – 2001 a 2011



Fonte: PNAD/IBGE.

A redução na razão de dependência ocorreu porque embora a população de idosos (65 anos e mais) tenha aumentado ao longo dos anos, a população de crianças (menores de 15 anos) vem caindo e esta tem um peso bem maior que os idosos na composição etária. Além disso, a população em idade ativa (15 a 64 anos) aumentou consideravelmente no período.

A distribuição da população por cor ou raça demonstra a diversidade étnica do Brasil. Nesta parte do trabalho foram analisados dados para os grupos de cor/raça brancos, negros e pardos, que representam mais de 99% da população, em todas as regiões analisadas. Os demais grupos, amarelos e indígenas, não possuem representatividade na amostra. A grande maioria dos estudos opta por agrupar negros e pardos, aqui optou-se por analisar em dois grupos distintos.

Em 2011, a população do Brasil que se declarou branca correspondia a 47,76% da população enquanto que negros e pardos correspondiam a 8,21% e 43,07% respectivamente. Em 2001, o percentual de brancos era de 53,34%, os pardos representavam 40,43% e os negros eram 5,64% da população Brasileira.

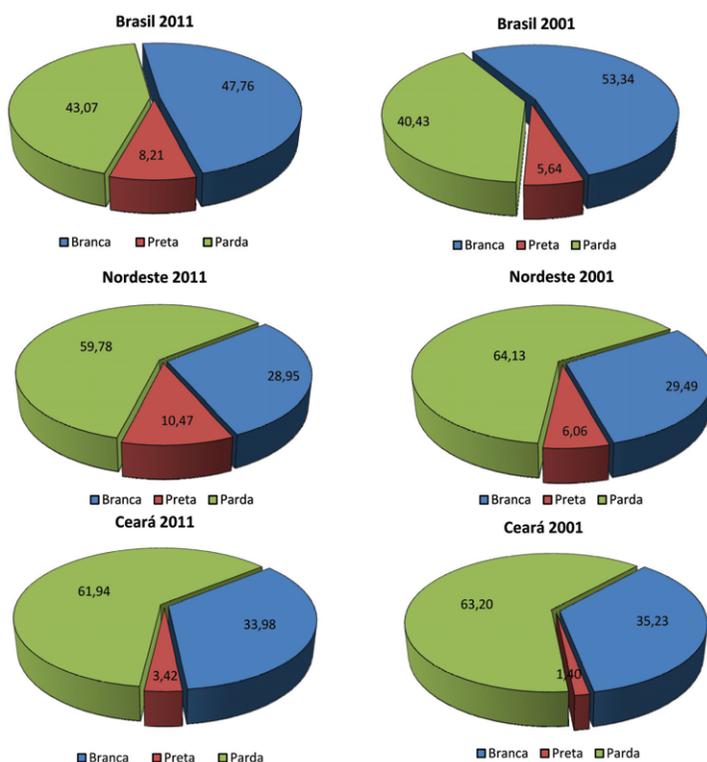
No caso do Ceará e no Nordeste o maior percentual da população se declara branca ou parda. Em 2011, 28,95% e 33,98% se consideravam brancas no Nordeste e no Ceará, respectivamente, enquanto os que se declararam pretas ou pardas juntas representavam 70,25% e 65,36% da população,

respectivamente.

Considerando se tratar uma classificação subjetiva e baseada na declaração do entrevistado, nota-se o crescimento do número de pessoas que se declararam negras. Os números apontam que a participação de cada grupo sofreu poucas alterações no período de 2001 /2011. Por meio do Gráfico1.5, pode-se ter a idéia da manutenção de um padrão relativamente estável da composição racial da população no Brasil, Nordeste e Ceará.

Gráfico 1.5

Distribuição da População por Cor ou Raça – Brasil, Nordeste e Ceará – 2001 e 2011



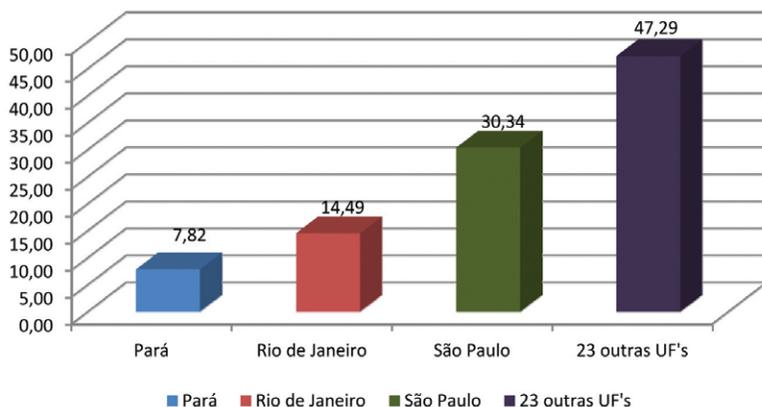
Fonte: PNAD/IBGE.

Outra informação importante é o movimento migratório da população no estado do Ceará. O movimento populacional entre as unidades da federação observados na PNAD 2011 tem duas maneiras de ser nomeada, e sempre depende da perspectiva do lugar de origem. Considerando o Ceará lugar de origem todos os que saem para outras Unidades da Federação são chamados de imigrantes, em 2011, 19,91% da população nascida no Estado migrou para

alguma unidade da federação no país.

Gráfico 1.6

Imigração da População Cearense, segundo principais destinos



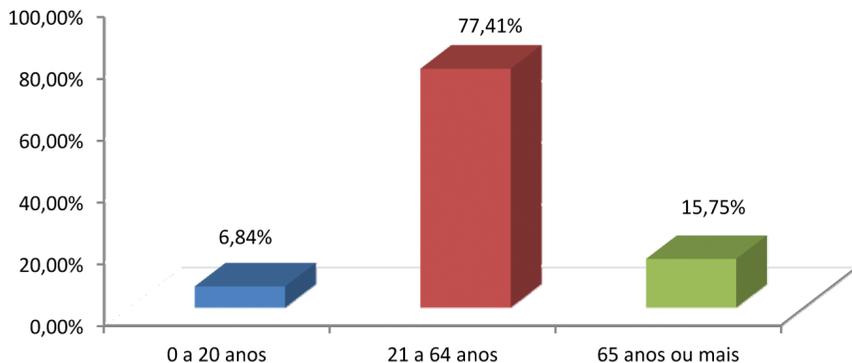
Fonte: PNAD/IBGE.

Conforme Gráfico 1.6 acima dentre os destinos dos cearenses pode-se destacar São Paulo com 30,34%, os outros dois grandes destinos são Rio de Janeiro, 14,49%, e Pará, 7,82%, as outras unidades da federação juntas representam 47,29% dos destinos dos cearenses.

Gráfico 1.7

Imigração da População Cearense, segundo faixas de idade

Imigrantes, segundo faixa de idade - 2011



Fonte: PNAD/IBGE.

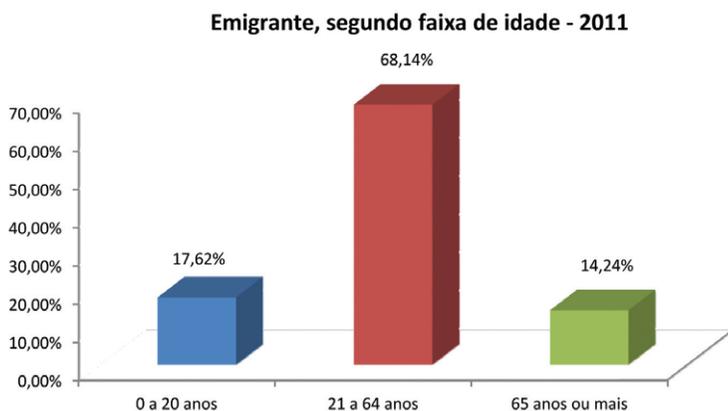
O Gráfico 1.7 acima demonstra que a maior parte da população que sai do estado está na faixa de 21 a 64 anos, 77,41%. Idade economicamente

ativa, grande parte dessa população se descolam para os grandes centros econômicos em busca de oportunidades de trabalho, cenário que vem mudando nos últimos anos. A faixa acima de 65 anos representa 15,75% dos imigrantes e a faixa de zero a vinte anos representam apenas 6,84% dos imigrantes.

A emigração da perspectiva do Ceará é o movimento de entrada no estado de população vinda de alguma unidade da federação, em 2011, 5,0% da população residente no estado nasceu em outra unidade da federação.

Gráfico 1.8

Emigração com destino Ceará, segundo faixas de idade



Fonte: PNAD/IBGE.

Observando a população que entra no Ceará o Gráfico 1.8 demonstra que a maior parte está na faixa de 21 a 64 anos, 68,14%, acima de 65 anos representam 14,24%, e de zero a vinte anos, 17,62%

Finalmente, é importante constatar que essas modificações nos aspectos demográficos do Ceará foram acompanhadas por importantes transformações sociais e econômicas, conforme será detalhado nas seções seguintes.

2. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

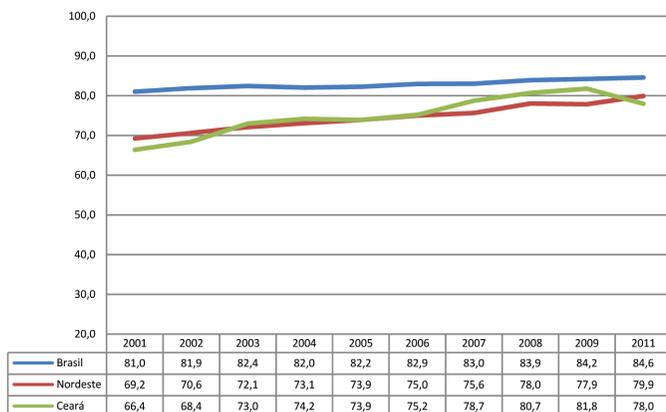
Nessa seção será apresentada a situação do Estado em comparação com Nordeste e Brasil quanto aos indicadores relacionados às condições dos domicílios ditos particulares e permanentes³ para série⁴ de 2001 a 2009 e para o ano de 2011.

Basicamente, detalharemos a situação social ao nível das condições dos domicílios quanto aos serviços de abastecimento de água; esgotamento sanitário; coleta de lixo e de acesso à energia elétrica.

A primeira análise, com base no Gráfico 2.1, refere-se à qualidade da água dos domicílios. O indicador utilizado será o da Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado, ou seja, quando a proveniência da água do domicílio for da rede geral de distribuição, pois em princípio, oferece uma água de melhor qualidade. Conforme o referido gráfico, nota-se uma ascendência do indicador ao longo dos anos no Brasil e Nordeste e Ceará.

GRÁFICO 2.1

Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado (%)



Fonte: PNAD/IBGE.

³ Em 2011 foi registrado o número total de 61.292.039 domicílios particulares e permanentes, no Brasil. No nordeste 15.976.939 e no Ceará 2.560.623 domicílios.

⁴ No ano de 2010 não foi realizada PNAD por ser ano censitário. Para os anos de 2001 a 2009 foram recalculados os indicadores utilizando os novos pesos, disponibilizados pelo IBGE, junto com a PNAD de 2011.

Para o último ano da pesquisa, a maior taxa deste indicador foi observada no Brasil, com 84,6% dos domicílios particulares e permanentes com abastecimento de água ligado a rede geral, em segundo lugar o nordeste com quase 80%, e por último o Ceará com 78%.

Em relação ao ano anterior da pesquisa, no Ceará houve aumento absoluto no número de residências com acesso a rede geral, passando de 1.941.475 em 2009 para 1.997.394 no ano 2011. Contudo, o crescimento não foi suficiente para acompanhar o ritmo de avanço do número total de domicílios. Com isso, o percentual de residências com rede geral caiu de 81,8% do total em 2009 para 78,0 % em 2011.

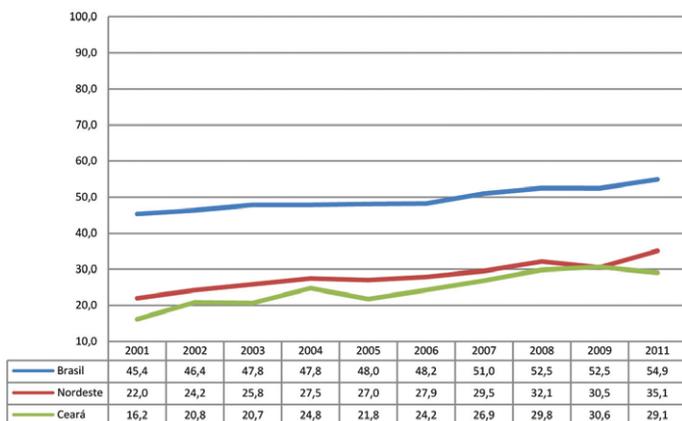
Quanto à taxa de variação relativa do indicador em questão, entre 2001 e 2011, o Ceará é destaque, com um crescimento de 17,46%. O Nordeste cresceu 15,43% e o Brasil 4,40%.

Os Gráficos 2.2 e 2.3 apresentam informações relativas ao serviço de esgotamento sanitário. O indicador de proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto é definido pela proporção de domicílios cuja forma do escoadouro do banheiro ou sanitário é ligado à rede de coletora de esgoto.

Nota-se que o Ceará apresenta uma proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos bastante inferior à média nacional e um pouco abaixo da média nordestina, atendendo apenas 29,1% dos seus domicílios em 2011. Em termos absolutos observa-se que no Estado houve aumento absoluto no número de residências com acesso a rede de coleta de esgotos, em relação ao ano anterior da pesquisa (passando de 726.882 em 2009 para 743.563 no ano 2011). E em relação à taxa de crescimento no período de 2001 a 2011 das três esferas analisadas verificou-se que o Ceará foi o que mais cresceu com 79,61%.

GRÁFICO 2.2

Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (%)

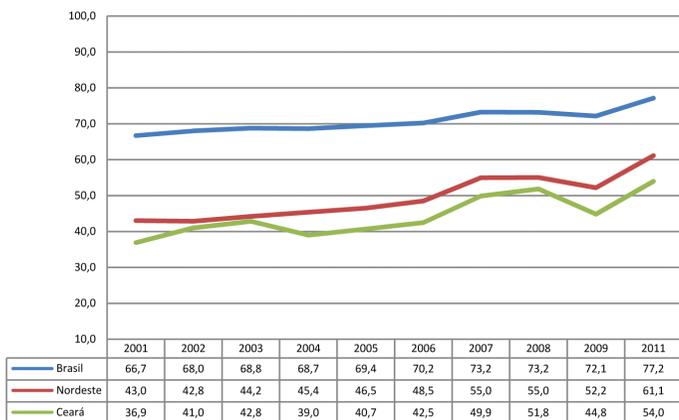


Fonte: PNAD/IBGE.

Em relação ao segundo indicador, referente à proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado, foi considerado com saneamento adequado os domicílios cuja forma do escoadouro do banheiro ou sanitário é ligado à rede coletora de esgoto e/ou ligada à fossa séptica.

GRÁFICO 2.3

Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado (%)



Fonte: PNAD/IBGE.

No Brasil, em 2011, tivemos 77,2% do total de domicílios contando com este serviço. Enquanto no nordeste 61,1% e Ceará 54,0%. Em relação à taxa de crescimento no período o Ceará foi o que mais cresceu (46,32%).

Mais especificamente, se forem considerados apenas os domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado verifica-se, conforme já seria esperado, que o percentual de domicílios atendidos melhorou em 2011 em relação ao de 2009 conforme o indicador anteriormente apresentado, que considerava todos os domicílios das zonas rurais e urbanas. Conforme podem ser observados nos Gráficos 2.4.

GRÁFICO 2.4

Proporção de domicílios URBANOS com esgotamento sanitário adequado (%)



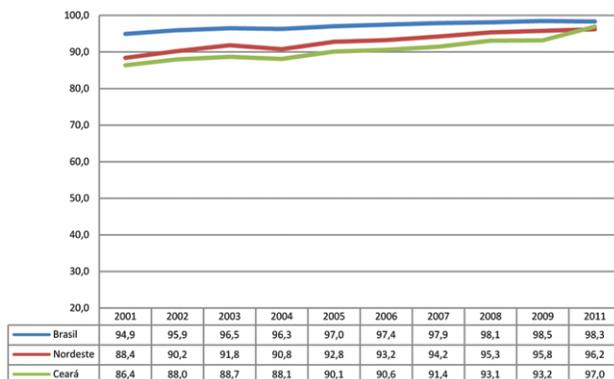
Fonte: PNAD/IBGE.

O Ceará, em 2011, é a segunda área geográfica com menor percentual de domicílios urbanos com esgotamento sanitário dentre as analisadas.

Outro aspecto importantíssimo é a ampliação da coleta de lixo dos domicílios urbanos, por exemplo, que também está relacionada a diversos problemas de saúde pública.

GRÁFICO 2.5

Proporção de domicílios Urbanos com coleta de lixo adequada (%)



Fonte: PNAD/IBGE.

O Gráfico 2.5 mostra o percentual de domicílios urbanos com coleta adequada de lixo. Este indicador refere-se aos domicílios urbanos quando o lixo domiciliar é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada; ou coletado indiretamente, ou seja, quando é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço por empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolha.

O Ceará apresentou, no último ano da pesquisa, dentre as esferas aqui analisadas, a segunda maior proporção, com 97% dos domicílios com serviço de lixo adequado.

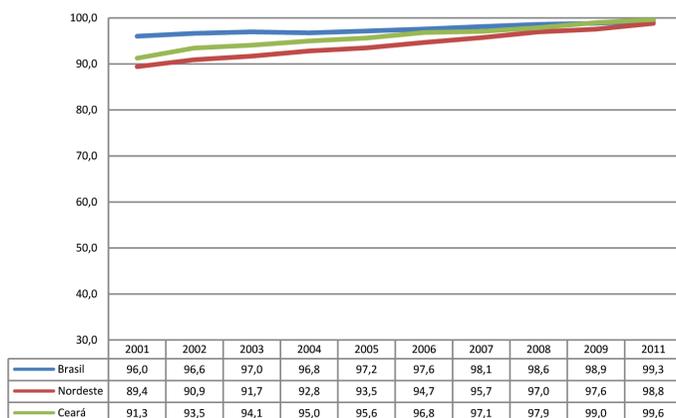
Por fim, apresentaremos o último indicador de extrema relevância, o que diz respeito aos domicílios com energia elétrica. Esse indicador é definido pela proporção de domicílios cuja forma de iluminação é elétrica (de rede, gerador ou solar) e está apresentado no Gráfico 2.6.

Em comparação aos demais indicadores apresentados nessa seção, foi o que apresentou a melhor taxa, tanto para o Ceará como para o Brasil e Nordeste, pois os dados revelam que quase a totalidade de seus domicílios está sendo atendida por esse serviço, que é essencial para elevar a qualidade de vida da população e para a inclusão social.

Mais especificamente, para o Ceará, os dados do Gráfico 2.6, a seguir, mostram que, nos dois últimos anos da pesquisa, o estado apresentou uma taxa acima da do nordeste e da do Brasil.

GRÁFICO 2.6

Proporção de domicílios com energia elétrica (%)



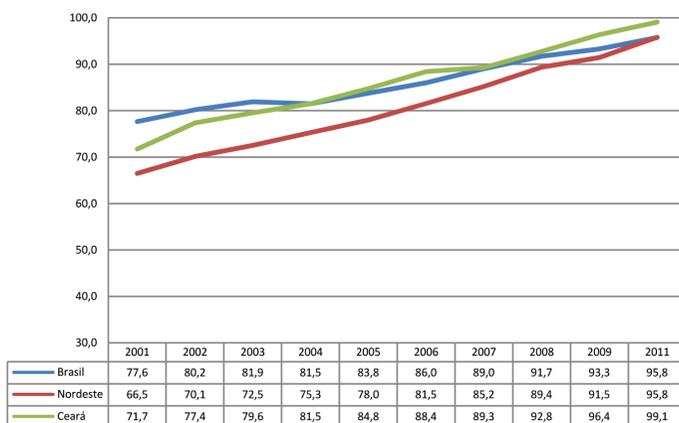
Fonte: PNAD/IBGE.

Esta tendência à universalização do serviço tem sido possível uma vez que o percentual de domicílios do meio rural com energia elétrica vem aumentando de forma significativa ao longo dos últimos anos. O Gráfico 2.7 apresenta a informação desse indicador. No Ceará em 2001, 71,7% dos domicílios rurais do Ceará tinham energia elétrica, ao passo que, em 2011, este percentual aumentou para 99,1%.

Tal comportamento do indicador é importante, pois favorece a redução das disparidades existentes entre domicílios urbanos e rurais. Dentre as políticas públicas na área destaca-se a atuação do Programa Luz Para Todos do governo federal em parceria com o Governo do Estado do Ceará e a Coelce.

GRÁFICO 2.7

Proporção de domicílios Rurais com energia elétrica (%)



Fonte: PNAD/IBGE.

3. SAÚDE

A presente seção é dedicada aos indicadores de saúde. A taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer são os dois indicadores básicos de saúde a serem analisados no presente estudo. Ambos são indicadores que refletem a qualidade de vida da população e são informações extremamente relevantes para a orientação de políticas públicas no Estado do Ceará.

Por exemplo, a taxa de mortalidade infantil expressa o nível de exposição das crianças às doenças no primeiro ano de vida. Fatores como saneamento básico, nutrição, e a qualidade da gestação estão diretamente correlacionadas com a sobrevivência da criança no seu primeiro ano de vida. A esperança de vida ao nascer é em si uma medida de expectativa da sobrevivência da população em termos de anos de vida.

Essa variável pode ser determinada não somente pelas condições socioeconômicas dos indivíduos, bem como pela evolução tecnológica capaz de reduzir o risco de morte dos indivíduos devido às inúmeras causas. Além disso, melhoria da qualidade de saúde durante a infância está diretamente associado à uma maior probabilidade de sobrevivência na vida adulta, visto que diversas causas de morte como diabetes, doenças cardiovasculares, e alguns tipos de câncer têm origem durante a vida no útero ou nos primeiros anos de vida. Nesse contexto, se faz necessário observar a composição das causas de morte da população cearense que são fundamentais na orientação das ações em saúde pública.

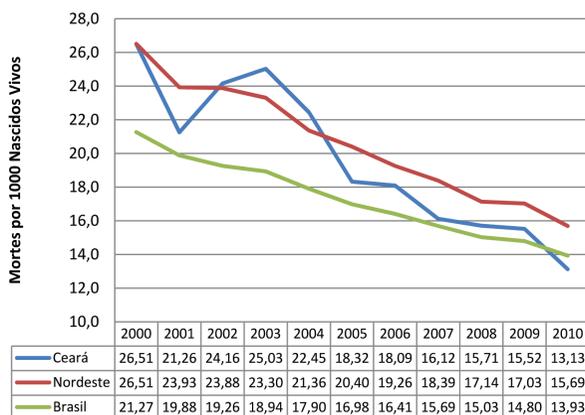
O Gráfico 3.1, abaixo, mostra a evolução da taxa de mortalidade infantil para o Estado do Ceará. A taxa de mortalidade infantil foi obtida a partir dos dados do DATASUS, diferentemente das edições anteriores que eram baseadas nas informações da PNAD/IBGE. A razão para a presente mudança é que tal indicador não foi calculado, até o momento, pelo IBGE referente aos anos de 2010 e 2011. Ademais, existem diferenças nas estimativas utilizando dados do DATASUS e do IBGE, visto que a primeira fonte de informação é de origem administrativa e a segunda é proveniente de amostragem domiciliar. No entanto, realizamos comparações com o Nordeste e Brasil, e observamos a tendência ao longo da década de 2000.

A Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) foi calculada a partir da divisão do número de óbitos de crianças menores de 1 ano de vida dividido pelo número total de nascidos vivos, e multiplicado por 1000. Segundo os valores obtidos, a TMI do Ceará era de 26 por 1000 nascidos vivos em 2000, caindo para 13,1 por 1000 nascidos vivos em 2010. Ou seja, a TMI foi reduzida pela metade em na década entre 2000 e 2010. A redução também foi significativa para o

Nordeste e Brasil, respectivamente – 41% e – 34% no mesmo período. Uma evidência importante mostra que a TMI mensurada em 2010 é menor do que a média do Brasil. Em 2005, a TMI no Ceará já havia caído abaixo da média do Nordeste, apesar dos sucessivos aumentos registrados em anos anteriores (2002 e 2003).

GRÁFICO 3.1

Taxa de Mortalidade Infantil- Ceará, Nordeste e Brasil



Fonte: DATAUS. Elaboração IPECE.

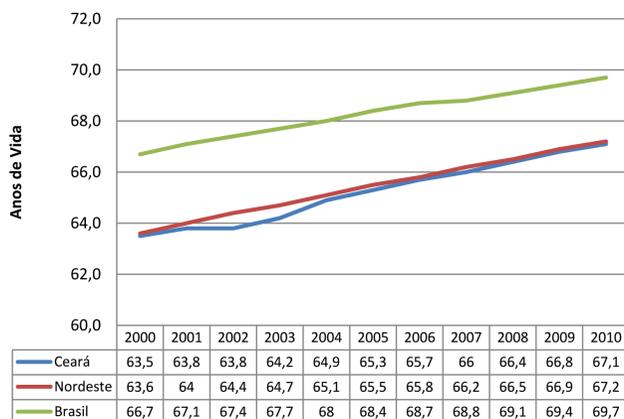
Diversos fatores podem ter contribuído para a queda na TMI no Ceará. A tendência de queda na TMI no Ceará não é substancialmente diferente do que vem sendo observado para todo o país. Melhorias na infraestrutura urbana, e o acesso aos programas de transferência de renda podem ter diminuído a exposição das crianças às doenças e melhorado os aspectos nutricionais no primeiro ano de vida. O Programa Saúde da Família é outro exemplo de política pública que possui papel fundamental no desenvolvimento infantil, e que foi expandido substancialmente nos anos 2000 em todo o país, principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

No Gráfico 3.2, observamos a evolução da Esperança de Vida ao Nascer (EVN). Claramente, a EVN do cearense é crescente ao longo do período. Em 2000, a expectativa de vida era de 63,5 anos, aumentando para 67 anos em 2010, o que leva a um crescimento de 5,7%. A evolução da EVN no Ceará

se assemelha bastante ao Nordeste, exceto no período entre 2002 e 2003 quando se registrou uma queda no valor desta variável. Esse período coincide como o aumento da TMI (ver Gráfico 3.1), visto que a EVN é fortemente influenciada pela mortalidade nos primeiros anos de vida.

GRÁFICO 3.2

Esperança de Vida ao Nascer - Ceará, Nordeste e Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração IPECE.

Todavia, a expectativa de vida no Ceará é menor que a média nacional. A diferença já chegou a 5% em 2000, e caiu para 3,7%. O cenário observado para o Ceará em relação ao Brasil é bastante similar ao Nordeste como um todo. Claramente, diferenças na EVN refletem diferenças no padrão de vida da população. Embora, a TMI no Ceará tenha melhorado em relação à média nacional, o desempenho da EVN demonstra que a saúde nas demais faixas etárias pode ser um foco potencial para as políticas públicas para que se possa diminuir a distância em relação à média nacional para este indicador.

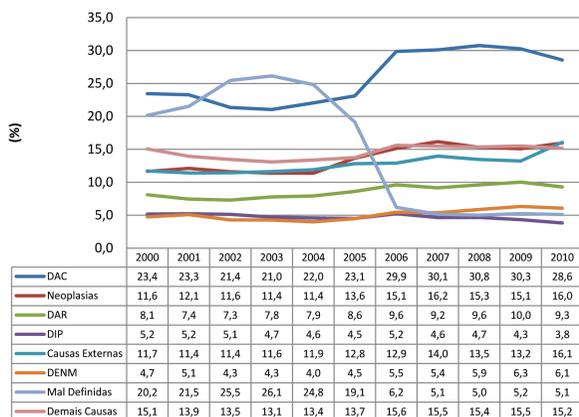
Ademais é possível observar a contribuição de casa causa de morte para a morbidade geral no estado do Ceará. O Gráfico 3.3 apresentamos a participação de das principais causas de morte da população cearense. É importante ressaltar que a análise deve ser feita com cautela, visto que entre 2004 e 2006, houve uma redução considerável das causas de

morte mal definidas. Isso significa uma melhora substancial na qualidade de classificação das causas de morte, o que implica em um melhor foco das políticas públicas. Por exemplo, as doenças do aparelho circulatório (DAC) que eram 23% das causas de morte em 2000 passaram a representar 28,6% em 2010. Essa é a principal causa de morte na população cearense. Claramente, o aumento da participação de DAC é fruto de um melhor diagnóstico das causas de morte. Todavia, nota-se que entre 2006 e 2010, período em que a proporção de causas mal definidas é estável em 5%, a participação de DAC se mantém estável como uma ligeira queda em 2010. Saindo de 30% em 2006 para 28,6% em 2010.

As neoplasias (ou tumores) são a segunda maior causa de morte na população cearense. Entre 2000 e 2005, essa causa de morte respondia por 11,6-13,6% os óbitos. Após a súbita redução das causas mal definidas, as neoplasias passaram a responder por 15-16% dos óbitos no Ceará. Em terceiro lugar aparecem as mortes por causa externas (por exemplo, acidentes de trânsito, suicídios, homicídios, afogamento e etc.). Tais causas de morte não sofrem modificações nos seus percentuais, visto que a melhora das causas mal definidas se referem ao melhor diagnóstico das doenças crônicas. No entanto, as causas externas que antes representavam 11,7% dos óbitos em 2000, passaram a representar 16% dos óbitos no Ceará em 2010. Vale ressaltar que em um ano, de 2009 a 2010, a participação das causas externas aumentou em quase três pontos percentuais, saindo de 13,2% para 16,1%. Alguns dos potenciais determinantes para o aumento das mortes por causa externa pode ter sido a violência no trânsito e a criminalidade.

GRÁFICO 3.3

Morbidade no Estado do Ceará



Fonte: DATASUS. Elaboração IPECE.

Outras causas de morte como doenças do aparelho respiratório (DAR) e doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (DENM) cresceram entre 2006 e 2010. Por outro lado, as causas de morte devido às infecções e doenças parasitárias diminuíram não somente entre 2000 e 2005, mas também entre 2006 e 2010.

Portanto, conclui-se que a saúde infantil no Ceará melhorou substancialmente na última década, onde a TMI foi melhor que a média brasileira no último ano da série. Tal melhoria na saúde infantil pode ter contribuído para o aumento da expectativa de vida no Estado. Contudo, a EVN no Ceará é em média 2 anos a menos do que a média nacional. Muito provavelmente, o aumento das mortes por causas externas possa ter freado um maior aumento da expectativa de vida do cearense, visto que o público de 20 a 49 anos de idade é o mais severamente atingido pela violência no trânsito e pela criminalidade.

4. EDUCAÇÃO

A Síntese de Indicadores Sociais 2011 é particularmente interessante para a área educacional por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, a catalogação dos dados ao cobrir toda a década de 2000 permite observar, mesmo que paulatinamente, a evolução dos indicadores educacionais resultantes de uma série de reformas iniciadas em meados da década de 90. Em segundo lugar, permite observar o quanto avançamos com as reformas e o que pode ser feito a partir do quadro inóspito da educação brasileira.

Não diferente das demais seções do presente documento, aqui é feito um comparativo entre o Estado do Ceará, Brasil, Região Nordeste e Região Metropolitana de Fortaleza. É importante também destacar as limitações aqui impostas. Mesmo tendo em mãos uma série completa de uma década, é preciso frisar que resultados nas variáveis que envolvem medidas de educação demoram a surtir efeitos em termos quantitativos. Logo, muitas das análises aqui descritas possuem severas restrições.

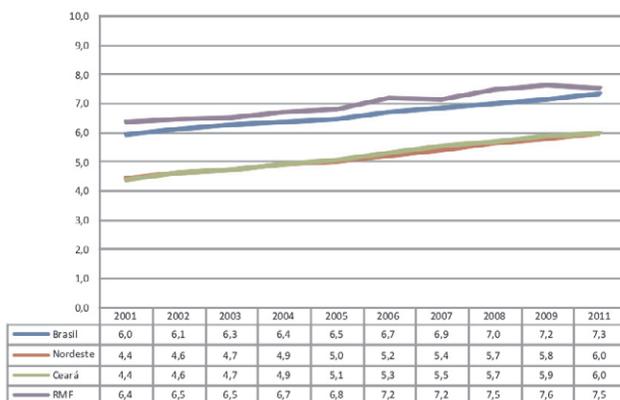
Dentro dessa perspectiva, um dos indicadores básicos de evolução educacional, inclusive para comparação a nível internacional, é a escolaridade média dos adultos de 25 anos ou mais de idade, disponível no gráfico 4.1 a seguir para as quatro áreas geográficas. Sua vantagem de ser analisada é o poder de síntese em uma única métrica do estoque de capital humano de uma determinada localidade. Sua limitação é o encobrimento de diversos fatores essenciais na valoração da evolução educacional, como, por exemplo, a qualidade da educação adquirida. Além disso, em diversos contextos, a linha de corte para avaliar esse indicador é dada a partir de 15 anos ou mais de idade e não 25 anos ou mais, como definido a seguir.

É exatamente por essa linha de corte ser alta que talvez haja uma certa “paralisia” em torno do avanço dos dados. De fato, muito do progresso educacional adquirido pelo país nos últimos 15 anos se deu no ensino básico, o que, por consequência, acaba impactando nas *coortes* nascidas em período

recente e não naquelas gerações mais velhas que não frequentaram por mais tempo a escola durante a infância e a adolescência.

GRÁFICO 4.1

Escolaridade Média de Adultos – 25 anos ou mais (em anos de estudo)



Fonte: IBGE/PNAD.

No entanto, deve-se ressaltar que os avanços recentes, mesmo que aparentemente tímidos, são resultados de grande monta. Uma forma de mensurar essa melhora no desempenho quantitativo é através das taxas de retorno da educação no país. Desde o surgimento de pesquisas domiciliares, o retorno médio por ano adicional de estudo no Brasil tem-se mantido persistentemente elevado. Em média, esse retorno encontra-se entre 12% a 15%, configurando-se como uma das taxas mais elevadas do mundo. Nesse contexto, os avanços são otimistas tendo em conta que a educação é o principal determinante na geração de desigualdade e rendimentos no país.

Outros dois indicadores básicos que retratam níveis de escolarização podem ser visualizados nos gráficos 4.2 e 4.3 através das taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade e o percentual de analfabetos para os adultos com 25 anos ou mais, respectivamente.

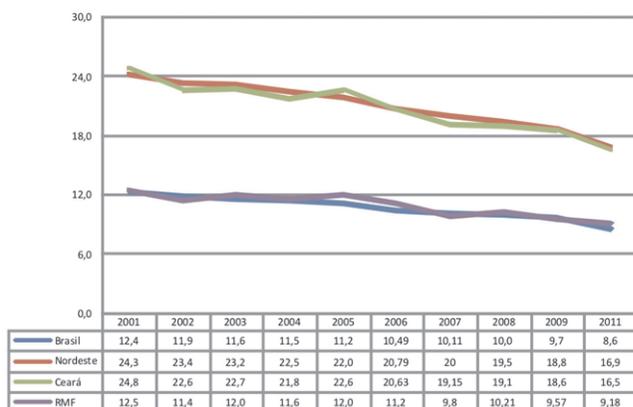
De acordo com o gráfico 4.2, em um período de 10 anos, o Brasil reduziu em pouco mais de quatro pontos percentuais a taxa de analfabetismo, enquanto o Estado do Ceará teve uma redução de pouco mais de oito pontos. No entanto, mesmo que a velocidade de redução do Estado cearense seja maior, sua taxa atual ainda é o dobro da brasileira. Além disso, enquanto o Ceará contém um quadro semelhante à Região Nordeste, a Região Metropolitana de Fortaleza apresentou percentuais semelhantes ao encontrado no Brasil.

Já o gráfico 4.3 retrata um quadro ainda menos auspicioso da realidade educacional em termos de analfabetismo. De fato, apesar dos seguidos avanços em todas as áreas geográficas ao longo dos anos, o percentual de analfabetos funcionais ainda se encontra em patamares elevados. Por exemplo, no Brasil, quase ¼ da população ainda se encontra nesta situação, enquanto no Ceará esse percentual chega ao nível de 38%. Semelhantemente ao caso anterior, o Estado acompanha a evolução da Região Nordeste e a Região Metropolitana de Fortaleza acompanha o quadro geral do país.

Nordeste e Ceará chamam atenção no percentual de analfabetos funcionais tanto por sua velocidade de redução como também pela situação inicial na qual se encontravam no início da década. Em 2001, ambas as áreas geográficas detinham um contingente de mais de 50% da população adulta nessa situação, o que revelava o quadro crítico de ambos.

GRÁFICO 4.2

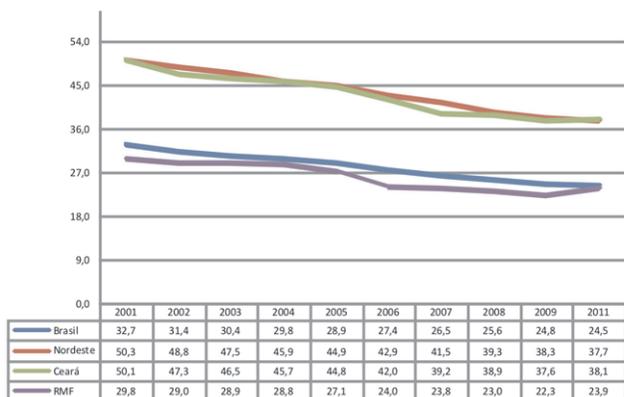
Taxa de Analfabetismo – Pessoas com 15 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE/PNAD.

GRÁFICO 4.3

Percentual de Analfabetismo Funcional entre Adultos – 25 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE/PNAD.

As semelhanças e diferenças entre os indicadores de analfabetismo dos dois gráficos anteriores refletem também as escolhas políticas do país a partir da segunda metade do século passado. Ao longo do processo de industrialização e modernização de sua economia, o país passava por um período de forte transição demográfica, mas com poucos investimentos em educação. Na década de 1960, muitos países como México e Coréia do Sul tinham escolaridade média e índices de analfabetismo semelhantes ou bem aquém do Brasil. Vintes anos depois, principalmente no caso desse último, os avanços são surpreendentes, não somente em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos, reflexo de uma política bem orientada para a área.

A composição educacional das áreas analisadas em termos de diferentes níveis – ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior completo – é outra forma de observar o quanto anda o quadro geral da educação. Mais uma vez, deve-se chamar atenção que a análise se desvincula da questão da qualidade. Esse é um tema que também requer um maior aprofundamento de debate tendo em vista que as avaliações nacionais – SAEB e Prova Brasil – assim como as internacionais, – PISA, vem ratificando a baixa qualidade do ensino brasileiro. Todavia, o baixo quantitativo ainda premente o torna como principal foco de análise.

A forma como o *quantum* educacional se distribui é também uma forma de direcionar as melhores políticas públicas para cada nível de ensino, como as de cotas raciais discutidas recentemente para a questão do ensino público superior.

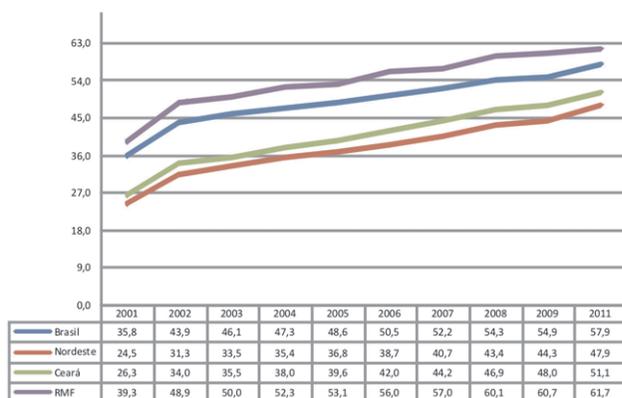
Nesses termos, os gráficos 4.4, 4.5 e 4.6 a seguir contém, respectivamente, o percentual da população com pelo menos o ensino fundamental, médio e superior completo. Para o ensino fundamental, a linha de corte para idade foi para as pessoas de 15 anos ou mais. No caso do ensino médio e do ensino superior, considerou-se as pessoas de 25 anos ou mais.

Como pode ser observado no gráfico 4.4, há uma clara tendência de crescimento daqueles que completaram o ensino fundamental, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza e no Brasil em geral. Nordeste e Ceará apresentam valores muito próximos chegando a uma diferença de 3 pontos percentuais entre os dois em 2011. Como fica claro, a perspectiva futura é de aumento do estoque daqueles que completaram este grau de ensino.

O que mais chama atenção no gráfico é a inflexão do período de 2001 para 2002. No Brasil, por exemplo, ocorre um aumento de 10 pontos percentuais dos concluintes passando de 39% para 49%. Em todos os demais anos, para todas as áreas, os aumentos não são tão vertiginosos variando, em média, de 1 a 2 pontos percentuais. Pesquisas na área poderiam revelar quais os principais fatores que estão por trás disso. A princípio, sabe-se que a tendência de universalização do ensino fundamental iniciada na década de 90 veio a surtir efeitos anos mais tarde candidatando-se como o principal fator para a explicação desse episódio.

GRÁFICO 4.4

Percentual da População com pelo menos o Ensino Fundamental Completo – 15 anos ou mais (%)



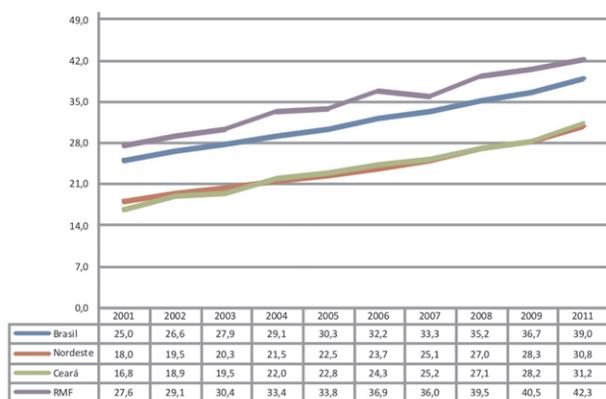
Fonte: IBGE/PNAD.

Por sua vez, o Gráfico 4.5 é referente ao ciclo do Ensino Médio Completo. Não muito diferente dos demais indicadores, os valores da Região Nordeste e do Estado do Ceará estão muito próximos, enquanto Região Metropolitana de Fortaleza e Brasil seguem a frente, com a primeira área na dianteira. Como o nível de Ensino Médio é, em tese, de conteúdo técnico e com rudimentos para o exercício profissional, isso explica a alta concentração na área metropolitana, onde se dá a predominância de empregos para esses fins.

Do ponto de vista relativo, quando comparado com aqueles que já concluíram o Ensino Fundamental, o percentual daqueles com Ensino Médio Completo é alto. No entanto, dentro de um quadro internacional, estamos ainda com um baixo estoque. Nos países desenvolvidos, em geral, o total da população com esse grau de ensino chega a pelo menos 80%. Países como os Estados Unidos, já final do século XIX, iniciaram o processo de universalização do ensino para todos de modo a igualar as condições de oportunidades na população.

GRÁFICO 4.5

Percentual da População Adulta com pelo menos o Ensino Médio Completo – 25 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE/PNAD.

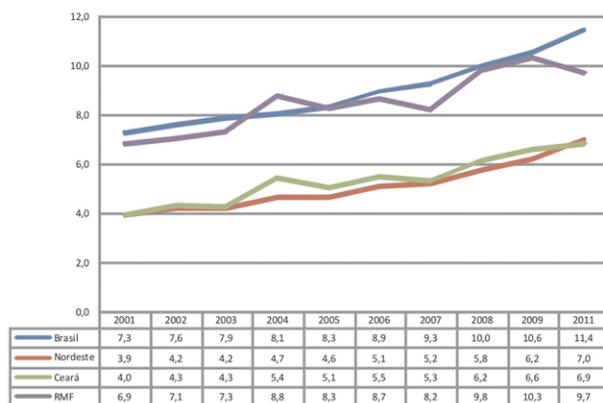
Finalmente, no gráfico 4.6 tem-se o percentual daqueles que concluíram o

nível superior completo na população de 25 anos ou mais de idade. Mesmo que o Brasil em geral e a Região Metropolitana de Fortaleza detenha valores bem acima que a Região Nordeste e o Estado do Ceará, a situação geral não é nada alentadora. Novamente, a título de comparativo internacional, países de renda média como o Brasil detém percentuais de 30% de sua população com esse nível de ensino, enquanto nos países desenvolvidos esse percentual ultrapassa mais de 50%.

Nos próximos anos, com a larga expansão do ensino superior ao longo da última década é provável que esse quantitativo venha a crescer vertiginosamente. Todavia, barreiras associadas à qualidade dos formados além da abundância de alguns cursos bem como a escassez de outros são grandes desafios a serem enfrentados no ensino superior brasileiro.

GRÁFICO 4.6

Percentual da População com Nível Superior Completo – 25 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE/PNAD.

5. TRABALHO E RENDIMENTOS

Nesta seção são abordados indicadores relativos ao mercado de trabalho cearense. São apresentados indicadores do mercado de trabalho calculados para o período compreendido entre os anos de 2001 e 2011, permitindo a verificar as transformações do mercado de trabalho na última década.

Dentre os indicadores abordados estão as taxas de participação, ocupação e desemprego, bem como o rendimento real médio do trabalho. Além desses indicadores clássicos, são apresentados alguns indicadores importantes para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho cearenses nos últimos anos, como a relação entre escolaridade e rendimentos, e o diferencial de rendimentos por gênero e raça.

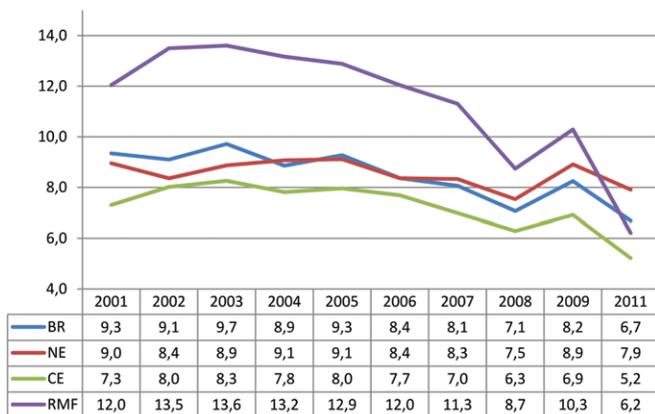
No que tange aos indicadores clássicos, os dados relativos ao Ceará são confrontados com indicadores em outras dimensões geográficas: Brasil, Nordeste e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). O objetivo é realizar um comparativo entre estas dimensões territoriais e obter parâmetros para a análise da realidade cearense. Os indicadores foram calculados a partir da base de microdados da PNAD.

O primeiro indicador analisado é a taxa de desemprego que talvez seja o indicador que melhor representa um “termômetro” do mercado de trabalho. A taxa de desemprego é mensurada pela razão entre a população desocupada (desempregada) e a população economicamente ativa (PEA). Dessa forma representa a parcela de indivíduos que está no mercado de trabalho, ofertando trabalho, mas sem sucesso. A evolução da taxa de desemprego pode ser visualizada no Gráfico 5.1.

Ao longo da década é possível ver uma tendência de queda na taxa de desemprego interrompida em 2009, ano em que o número de desempregados aumentou. Esse “distúrbio” em 2009 vem sendo atribuído aos efeitos da crise econômica internacional. Em 2011 a tendência de queda na taxa de desemprego foi restaurada e apresentou o nível mais baixo no período aqui considerado.

GRÁFICO 5.1

Taxa de desemprego (2001-2011) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.

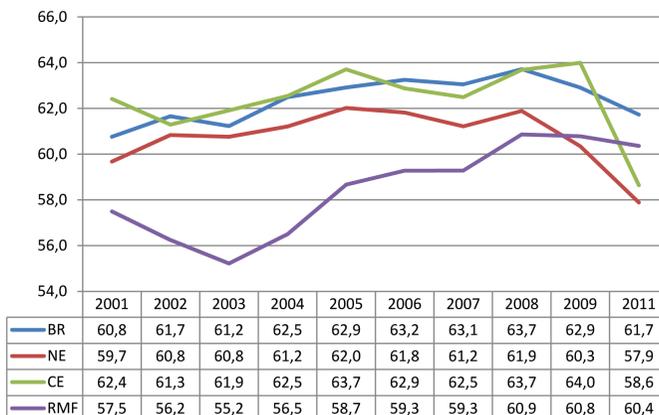


Fonte: IBGE/PNAD.

Outro indicador bastante requisitado é a taxa de ocupação que indica o percentual de trabalhadores em idade ativa que estão ocupados. Assim, a taxa é calculada por meio da razão entre os trabalhadores ocupados e a população em idade ativa (PIA). O Gráfico 5.2 mostra a evolução da taxa de ocupação no período considerado, que cresceu entre 2001 e 2008, mas sofreu uma inversão a partir de 2009.

GRÁFICO 5.2

Taxa de ocupação (2001-2011) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



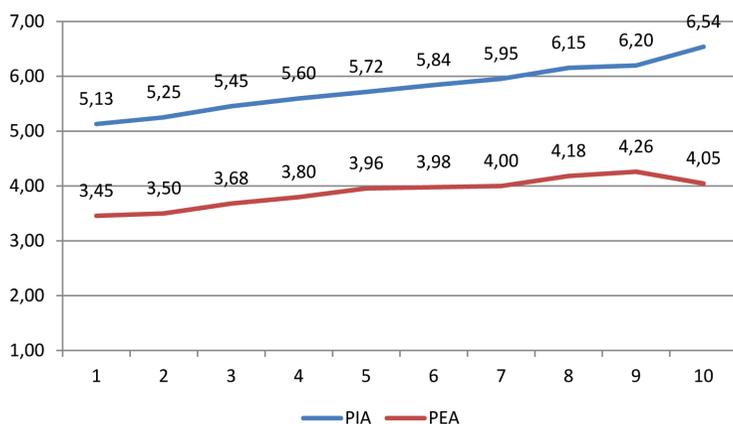
Fonte: IBGE/PNAD.

Essa queda bastante acentuada entre 2009 e 2011 pode ser explicada pelo

aumento relativo da PIA em relação à PEA. Entre 2009 e 2011, enquanto a PEA sofreu uma ligeira redução, a PIA aumentou. Esse movimento pôde ser observado quando se considera o Brasil, a região Nordeste e o Ceará. Na RMF, a PEA cresceu, mas em magnitude menor que a PIA. Para mostrar esse movimento das variáveis, o Gráfico 5.3 mostra a evolução da PIA e da PEA para o estado do Ceará. Em 2009 a PIA era de aproximadamente 6,2 milhões, enquanto que a PEA era da magnitude de 4,2 milhões. Em 2011, a PIA atingiu valores próximos de 5,5 milhões enquanto que a PEA apresentou um valor pouco acima de 4 milhões.

GRÁFICO 5.3

PIA e PEA (2001-2011) –Ceará.

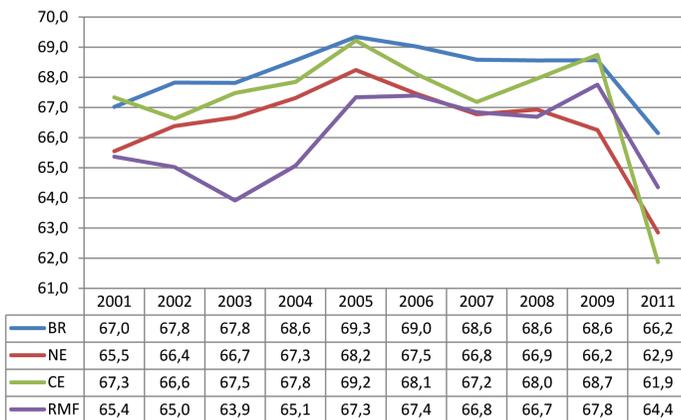


Fonte: IBGE/PNAD.

A taxa de participação também apresentou uma redução acentuada entre 2009 e 2011; e sua análise pode explicar bem a dinâmica recente do mercado de trabalho. Esse indicador calculado por meio da razão entre PEA e a PIA, expressa a proporção de pessoas em idade ativa (PIA) incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas, ou seja, economicamente ativas (PEA). O Gráfico 5.4 mostra a trajetória da taxa de participação para as quatro dimensões consideradas no período.

GRÁFICO 5.4

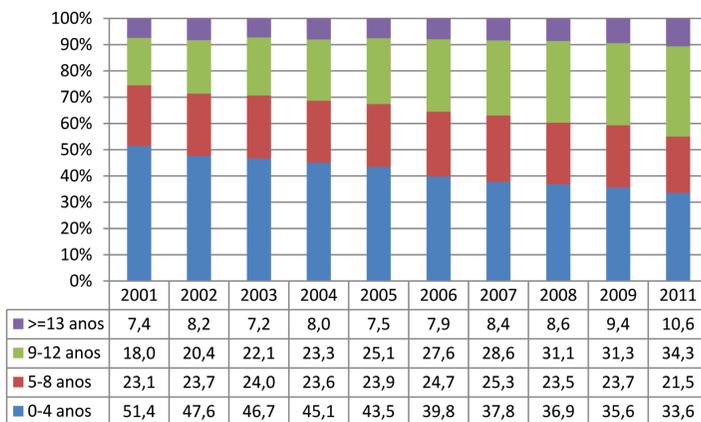
Taxa de participação (2001-2011) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



Fonte: IBGE/PNAD.

GRÁFICO 5.5

Distribuição da escolaridade entre os ocupados (2001-2011) – Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD.

O Gráfico 5.5 mostra uma informação sobre a qualificação dos ocupados no Ceará. É possível verificar que a qualificação do trabalhador cearense mudou na última década, com redução significativa dos que possuíam 4 anos de escolaridade ou menos e um forte aumento dos que possuíam mais de 9 anos de estudo. Essa transformação é explicada pela entrada de trabalhadores jovens com maior escolaridade no mercado de trabalho e pela redução na

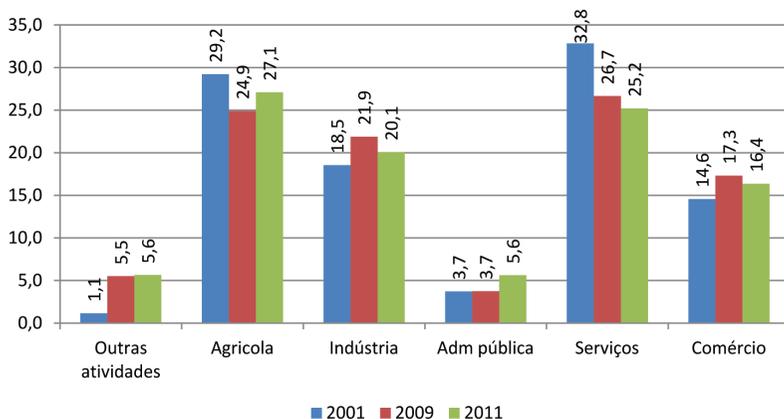
taxa de participação entre os indivíduos com baixa escolaridade.

Uma informação interessante é a distribuição dos ocupados por setor de atividade. O Gráfico 5.6 mostra essa distribuição para o Ceará nos anos de 2001, 2009 e 2011. Esse conjunto de informações mostra que setores como agrícola e serviços perderam participação, enquanto que os setores industriais, de comércio e administração pública ganharam participação relativa.

Já o Gráfico 5.7 mostra uma medida do grau de informalidade⁵. É possível ver que a informalidade no mercado de trabalho cearense apresentou uma trajetória de queda entre 2001 e 2011, assim como nas demais dimensões espaciais consideradas.

GRÁFICO 5.6

Distribuição dos ocupados por setor de atividade (2001, 2009 e 2011) – Ceará.

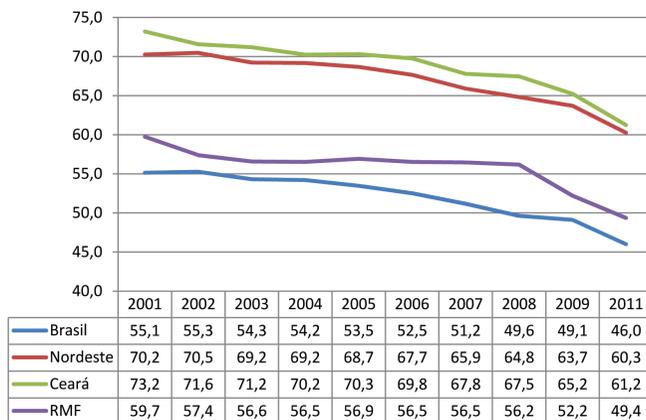


Fonte: IBGE/PNAD.

⁵ O grau de informalidade é definido como a soma de trabalhadores por conta própria e sem carteira de trabalho assinada dividida pela soma dos trabalhadores por conta própria, sem carteira, com carteira, estatutários e militares. A referência para esse indicador é o Comunicado do IPEA n. 156.

GRÁFICO 5.7

Evolução do grau de informalidade entre os ocupados (2001-2011) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.

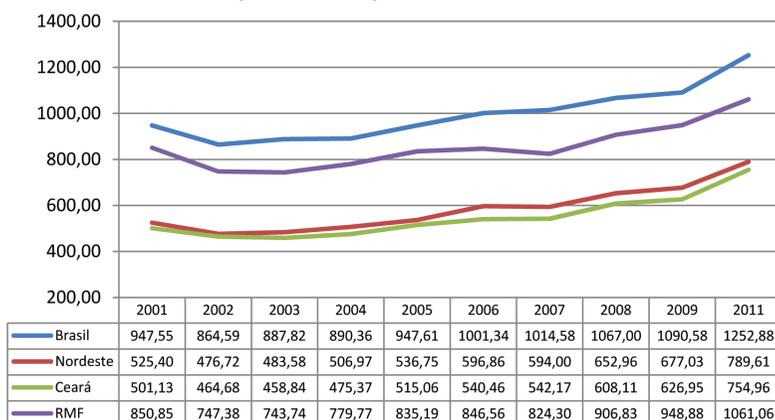


Fonte: IBGE/PNAD.

O rendimento real médio proveniente do trabalho apresentou um crescimento significativo entre 2001 e 2011. O Gráfico 5.8 mostra que após iniciar a década de 2000 com uma redução, os rendimentos do trabalho apresentaram uma trajetória de aumentos reais atingindo o valor mais elevado da série em 2011.

GRÁFICO 5.8

Rendimento real médio (2001-2011) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



Fonte: IBGE/PNAD.

O Gráfico 5.8, mostra não apenas essa trajetória de ganhos nos rendimentos

do trabalho, mas também permite evidenciar as diferenças regionais dos rendimentos obtidos no mercado de trabalho. Apesar de apresentar rendimentos médios muito similares aos observados na região Nordeste, em 2001, um trabalhador cearense recebia em média pouco mais da metade do que recebia um trabalhador médio brasileiro. Esse diferencial diminuiu ao longo de todo o período, e em 2011 um trabalhador cearense recebia aproximadamente 60% do valor médio observado nacionalmente.

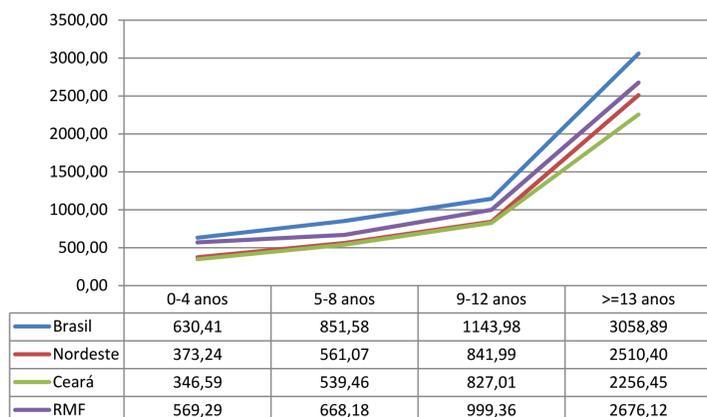
No caso da RMF, o diferencial de rendimentos é mais próximo aos valores obtidos em escala nacional, apesar de terem se distanciado ao longo da década. Em 2001, um trabalhador na RMF recebia quase 90% do valor médio para o Brasil; em 2011 esse percentual foi observado em torno de 84,5%.

Tais diferenças são mostradas na presente análise, mas sem um aprofundamento adequado que justifique distorções nos rendimentos, que dependem das características dos trabalhadores e da dinâmica do mercado de trabalho em cada dimensão geográfica.

O Gráfico 5.9 mostra o rendimento real médio de acordo com grupos de escolaridade para as quatro dimensões geográficas consideradas no ano de 2011. Nesse gráfico o diferencial de rendimentos a favor dos mais educados é claro. No Ceará, trabalhadores que possuem mais de 13 anos de estudos chegam a ganhar seis vezes mais do que os que possuem menos de 4 anos de escolaridade.

GRÁFICO 5.9

Rendimento real médio segundo grupos de anos de estudo (2011) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.

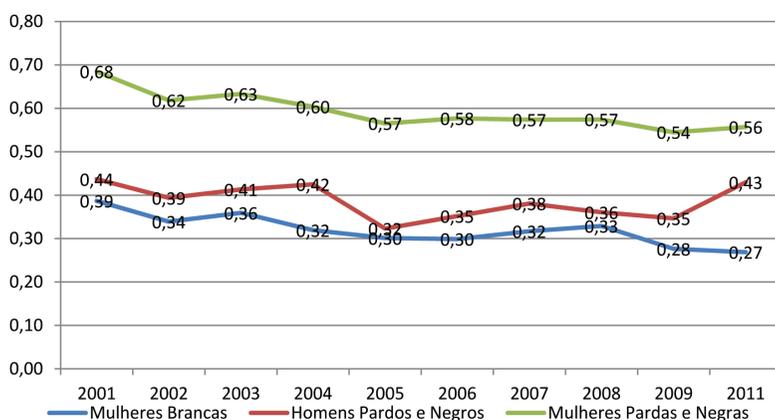


Fonte: IBGE/PNAD.

Uma questão bastante pertinente é relacionada ao diferencial de rendimentos por raça e gênero dos trabalhadores. O Gráfico 5.10 mostra uma medida do diferencial de salários das mulheres brancas e negras e dos homens negros tomando os rendimentos auferidos pelos homens brancos como referência.

GRÁFICO 5.10

Diferencial de rendimentos por raça e gênero (2001-2011) – Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD.

Em 2001, o rendimento médio dos homens brancos era de R\$855,2 e as mulheres brancas auferiam em média R\$524,3; o que representava um diferencial de 39%. Nesse mesmo ano os rendimentos de homens pardos e negros e de mulheres pardas e negras eram de R\$481,6 e R\$269,8, respectivamente. O diferencial de rendimentos entre os gêneros diminuiu ao longo da década, em 2011, a diferença entre homens e mulheres brancos era de 27%.

6. POBREZA, RENDA E DESIGUALDADE

Nesta seção, serão apresentados indicadores sobre: o número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, a renda domiciliar *per capita* e a distribuição de renda. As séries serão analisadas de maneira que se possa comparar a situação do Ceará com a do Nordeste e a do Brasil, e, em alguns casos, as áreas geográficas do Estado. A partir da divisão territorial permitida pela PNAD, as análises contemplarão a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e o interior do Estado, que será dividido em zonas urbana e rural.

6.1 POBREZA

Segundo o Banco Mundial (2000), a pobreza é o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo moralmente aceitável por uma sociedade. Nessa perspectiva, a metodologia empregada para os cálculos dos indicadores de pobreza considera: (i) a renda domiciliar per capita como medida de bem-estar; (ii) as linhas de pobreza que constituem critérios para a inclusão em programas sociais estaduais e federais; (iii) o conceito de pobreza absoluta; e (iv) a medida do número de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Nesse caso, a pobreza se reduz à insuficiência de renda e a linha de pobreza é igual a $\frac{1}{2}$ salário mínimo e a de extrema pobreza a R\$ 70 reais⁶, ambas em termos per capita. A escolha é justificada pela definição dos públicos-alvo dos programas financiados pelo Fundo Estadual de Combate à pobreza – FECOP e pelo Plano Brasil Sem Miséria – PBSM, respectivamente.

O Gráfico 6.1 apresenta o percentual de pessoas em condição de pobreza. Percebe-se que a incidência de pobreza é mais elevada na região Nordeste e no Ceará, com taxas de pobreza praticamente iguais, e muito acima da média brasileira. Considerando a evolução da pobreza, observa-se uma relação inversa entre a taxa de redução e o estoque de pobreza, com o Brasil apresentando a maior redução (38,95%), em seguida o Ceará (31,27%) e o Nordeste (30,33%).

⁶ Em valores de julho de 2010.

GRÁFICO 6.1

Percentual de pessoas em condição de pobreza – Brasil, Nordeste e Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD.

Apesar de a pobreza ter sido reduzida em todas as unidades consideradas, essa diferença se manteve praticamente inalterada, demonstrando que a pobreza como fenômeno social apresenta um forte componente regional, que se reproduz em escala estadual (Gráfico 6.2). A zona rural apresenta o maior percentual de pessoas pobres, enquanto a RMF apresenta um percentual inferior a média nacional. Além disso, esse abismo social tem aumentado ao longo do tempo, pela redução mais acentuada da pobreza na RMF (38,46%) e na zona urbana (33,41%), enquanto a zona rural apresenta a menor redução (20,20%).

GRÁFICO 6.2

Percentual de pessoas em condição de pobreza por área geográfica - Ceará.



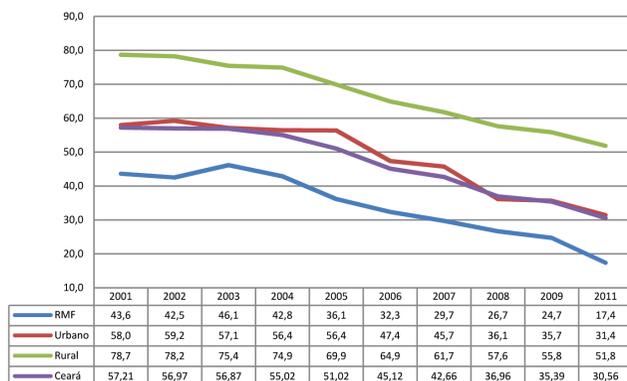
Fonte: IBGE/PNAD.

Embora seja o critério adotado pelo FECOP, a prática de usar múltiplos do salário mínimo como linhas de pobreza ao invés de se fixar o salário mínimo de um ano-base prejudica a comparação temporal dos índices de pobreza em um horizonte maior de tempo. Isto ocorre porque os dados sobre pobreza devem ser recalculados em função do salário mínimo mais recente, fazendo com que os valores passados da série se modifiquem, dado que a nova linha de pobreza é mais alta do que a anterior em valores reais⁷. Este fato faz com que medidas de pobreza baseadas no salário mínimo percam a credibilidade, além de dificultar a avaliação dos resultados das políticas de combate à pobreza.

O gráfico 6.3 apresenta os índices de pobreza do Ceará e de suas áreas geográficas, considerando a linha de pobreza igual a $\frac{1}{2}$ salário mínimo de 2003, ano de criação do FECOP. Se a linha de pobreza se mantivesse fixa, variando apenas pela correção da inflação, os resultados seriam diferentes. A trajetória do indicador permaneceria inalterada, mas os valores mudariam, alterando, assim, as taxas de redução da pobreza ao longo do tempo. A redução da pobreza no Ceará seria maior (46,58%). O mesmo ocorreria na RMF (60,19%), na zona urbana (45,82%) e na zona rural (34,09%). No entanto, apesar de maiores taxas de redução da pobreza, a disparidade nos níveis de pobreza entre áreas geográficas do Estado aumentaria. A taxa de pobreza da zona rural seria praticamente o triplo da taxa da RMF.

GRÁFICO 6.3

Linha de Pobreza de $\frac{1}{2}$ s. m. de 2003 – Ceará e áreas geográficas.



Fonte: IBGE/PNAD.

⁷ O salário mínimo apresentou ganhos reais na última década, isto é, os índices de reajustes do salário mínimo foram superiores às variações do INPC, índice de inflação utilizado para deflacionar as rendas da PNAD.

6.2 EXTREMA POBREZA

Ao lançar o PBSM em julho de 2010, o Governo Federal determinou a fixação de uma linha de extrema pobreza no valor de R\$ 70 per capita. A partir desse parâmetro, comprometeu-se a erradicá-la até 2014. Portanto, é de suma importância acompanhar a evolução deste indicador para verificar se a meta será atingida. Ressalta-se, no entanto, que os dados da PNAD para o ano de 2011 ainda não captam os efeitos da criação e expansão da Ação Brasil Carinhoso que compõe o eixo de Garantia de Renda do PBSM⁸.

Segundo Osório, Soares e Souza (2011), a evolução da pobreza extrema pode ser avaliada segundo três aspectos: incidência, intensidade e desigualdade entre os pobres. A quantidade de pobres e a razão entre a população extremamente pobre e a total são os dois indicadores fundamentais, para medir a incidência. O indicador da intensidade é obtido pela divisão do hiato médio de pobreza (a soma dos valores que teriam que ser dados a cada extremamente pobre para igualar sua renda à linha de extrema pobreza) pela quantidade de extremamente pobres. Por fim, além de variar em incidência e intensidade, a pobreza também pode variar em sentido mais sutil, relacionado à desigualdade entre os pobres.

Os indicadores são hierarquizados em importância em função do objetivo de erradicação da pobreza extrema: o mais importante é reduzir o número de pobres. Porém, o ideal é que se houverem períodos em que a redução do número de pobres não ocorra, que ao menos a incidência relativa e a intensidade da pobreza decresçam, e que a desigualdade entre os pobres as acompanhe (Osório, Soares e Souza, 2011).

O Gráfico 6.4 apresenta o percentual de pessoas em extrema pobreza⁹. Observa-se que este indicador vem se reduzindo ao longo do tempo, mas a diferença entre as taxas de extrema pobreza do Nordeste e do Ceará em relação ao Brasil se mantém elevada. O Brasil reduziu em 57,61% o percentual de pessoas em extrema pobreza, enquanto Nordeste e Ceará reduziram em 54,19% e 54,66%, respectivamente.

⁸ Para uma breve discussão desses efeitos no Ceará, ver os Enfoques Econômicos 41 e 55 em www.ipece.ce.gov.br.

⁹ A redução do número absoluto de pessoas em extrema pobreza no Ceará e demais unidades da federação pode ser verificada no Enfoque Econômico 50 em www.ipece.ce.gov.br.

GRÁFICO 6.4

Percentual de pessoas em extrema pobreza— Brasil, Nordeste e Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD.

Apesar da redução da extrema pobreza no Ceará, ao longo de todo o período, chama a atenção o aumento da proporção de pessoas em extrema pobreza em 2009, ano da crise financeira internacional. Apesar da pequena redução em 2011, este fato marcou a interrupção do período de redução da extrema pobreza iniciado em 2003. Este comportamento é explicado pela evolução do indicador nas diferentes áreas geográficas do Estado (Gráfico 6.5).

A zona rural percebeu uma redução de 45,54% na extrema pobreza de 2001 a 2011. Todavia, esta redução não ocorreu de maneira uniforme. Entre os anos de 2001 a 2006, a extrema pobreza foi reduzida em 24,87%. A maior redução ocorreu no período 2006-2008 (43,97%). Já de 2008 a 2011, a extrema pobreza aumentou 29,35%. Na zona urbana, a taxa de extrema pobreza apresentou uma trajetória de queda (56,04%) com algumas variações pontuais, com destaque para o aumento de 28,76% entre 2008 e 2009. A RMF apresentou a maior redução durante todo o período (70,91%).

O aumento da extrema pobreza na zona rural no período 2008-2011 está relacionado à produção de grãos que caiu por dois anos seguidos, 30,34% em 2009 e 56,88% em 2010. Uma possível explicação é que em anos de queda continuada na produção de grãos os pequenos agricultores se desfazem de ativos para suprir a perda da renda proveniente da agricultura, que por sua vez, afeta a capacidade de gerar renda no período seguinte. Isso explicaria o fato de a extrema pobreza ter aumentado em 2011 a despeito da safra recorde naquele ano.

Todavia, como se considera a extrema pobreza somente como insuficiência de renda, pode ser que esta esteja superestimada dado que a agricultura de

subsistência tem um importante papel na obtenção dos meios de sobrevivência desta população.

GRÁFICO 6.5

Percentual de pessoas em extrema pobreza por área geográfica – Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD.

A Tabela 6.1 apresenta os demais indicadores para o monitoramento da extrema pobreza. O hiato médio relativo mede, em percentuais da linha de extrema pobreza, a quantidade de recursos que teriam que ser transferidos a cada extremamente pobre para igualar sua renda à linha de extrema pobreza. A medida de intensidade é obtida pelo produto do hiato médio e a proporção de extremamente pobres na população. Essa medida, portanto, leva em consideração não apenas o percentual de pobres, mas, também, a profundidade da pobreza. Já a intensidade considera tanto a incidência e a intensidade como a desigualdade entre os pobres, atribuindo maior importância para a situação dos mais pobres entre os pobres¹⁰.

Além da redução da proporção de pessoas, observa-se também uma sensível redução no hiato, intensidade, desigualdade e severidade da extrema pobreza. A redução no hiato significa que o custo para erradicação está diminuindo à medida que as rendas se aproximam da linha da extrema pobreza. Como consequência da redução da proporção de pessoas e do hiato de extrema pobreza, a intensidade da extrema pobreza também se reduz. A melhoria da distribuição de renda entre os extremamente pobres, por sua vez, contribuiu para a redução da severidade da extrema pobreza. Ressalta-se, no entanto, que embora estes resultados se verifiquem quando se considera o período completo, no último ano praticamente todos esses indicadores pioraram em todas as unidades geográficas consideradas.

¹⁰ Para maiores detalhes ver Foster, Greer e Thorbecke (1984).

TABELA 6.1

Indicadores para o monitoramento da extrema pobreza.

Ano	Brasil				Nordeste				Ceará			
	Hiato	Intensidade	Desigualdade	Severidade	Hiato	Intensidade	Desigualdade	Severidade	Hiato	Intensidade	Desigualdade	Severidade
2001	48,5	5,4	0,370	3,9	43,8	9,7	0,297	6,2	44,1	9,9	0,300	6,3
2002	45,1	4,5	0,336	3,1	40,7	8,4	0,270	5,1	43,8	8,8	0,294	5,5
2003	44,2	5,0	0,341	3,5	40,5	9,3	0,277	5,7	41,4	8,9	0,280	5,5
2004	41,1	3,7	0,299	2,4	39,1	7,6	0,261	4,5	36,6	6,9	0,239	3,9
2005	42,8	3,2	0,297	2,1	40,8	6,7	0,260	3,9	43,1	7,5	0,271	4,5
2006	43,2	2,8	0,304	1,8	40,1	5,7	0,258	3,3	39,1	5,9	0,248	3,4
2007	49,5	3,1	0,376	2,2	45,5	6,1	0,313	4,0	43,7	6,2	0,283	3,8
2008	48,5	2,5	0,363	1,8	42,3	4,7	0,285	2,9	34,5	3,2	0,220	1,7
2009	48,1	2,5	0,360	1,8	43,0	4,7	0,285	2,9	39,5	4,3	0,248	2,5
2011	53,4	2,5	0,397	1,9	47,1	4,8	0,309	3,1	45,3	4,6	0,287	2,9
			RMF				Urbano				Rural	
Ano	Hiato	Intensidade	Desigualdade	Severidade	Hiato	Intensidade	Desigualdade	Severidade	Hiato	Intensidade	Desigualdade	Severidade
2001	40,9	5,4	0,311	3,6	41,1	8,0	0,254	4,6	47,9	20,1	0,315	13,0
2002	43,3	4,7	0,342	3,3	38,9	6,9	0,242	3,9	47,2	18,4	0,297	11,6
2003	40,4	5,3	0,332	3,7	38,7	7,9	0,247	4,5	44,2	16,9	0,271	10,1
2004	39,7	4,2	0,299	2,8	35,7	6,6	0,225	3,5	35,6	12,2	0,214	6,4
2005	46,1	4,1	0,326	2,7	41,1	7,6	0,249	4,3	43,4	13,8	0,261	8,1
2006	44,3	3,1	0,340	2,1	37,4	5,2	0,236	2,9	38,2	12,0	0,217	6,3
2007	46,2	3,2	0,357	2,3	41,5	5,9	0,270	3,5	44,3	12,4	0,255	7,2
2008	45,4	2,7	0,343	1,9	29,1	2,4	0,171	1,1	31,8	5,6	0,177	2,6
2009	46,7	2,6	0,347	1,8	41,3	4,3	0,245	2,5	34,4	7,5	0,198	3,7
2011	57,4	2,2	0,456	1,7	49,2	4,2	0,327	2,8	40,0	9,1	0,219	4,9

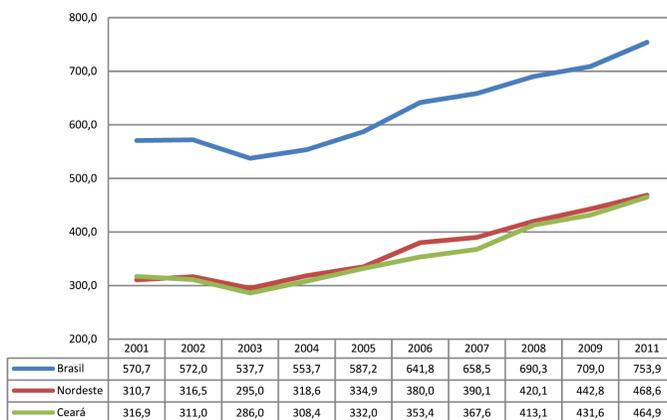
Fonte: IBGE/PNAD.

6.3 RENDA

A redução da pobreza ocorre quando a renda dos mais pobres aumenta. O aumento na renda dos mais pobres pode resultar tanto do crescimento da renda média como de reduções na desigualdade de renda. O gráfico 6.6 mostra a evolução da renda domiciliar *per capita* média¹¹. Apesar do crescimento da renda média em todas as unidades geográficas, ainda existe uma grande diferença regional, com a região Nordeste e o Ceará apresentando valores bem inferiores à média nacional. O Nordeste apresentou a maior taxa de crescimento da renda (50,84%), seguidos pelo Ceará (46,71%) e Brasil (32,10%).

GRÁFICO 6.6

Renda domiciliar *per capita* média – Brasil, Nordeste e Ceará .



Fonte: IBGE/PNAD.

Entres as áreas geográficas do Estado, também se observa um grande diferencial de renda a favor da RMF, embora esta tenha apresentado a menor taxa de crescimento (Gráfico 6.7). A renda cresceu mais na zona urbana (83,64%), principalmente no período 2009-2011. A zona rural apresentou o segundo melhor desempenho (68,73%).

¹¹ Valores deflacionados pelo INPC-PNAD.

GRÁFICO 6.7

Renda domiciliar *per capita* média – Brasil, Nordeste e Ceará .



Fonte: IBGE/PNAD.

A Tabela 6.2 apresenta as taxas de crescimento da renda por decil da população. Observa-se que a renda média dos decis mais pobres da população cresceu mais nos últimos dez anos. Contudo, no período 2009-2011, a renda dos mais pobres decresceu no Nordeste e Ceará. No Ceará essa redução se deveu a queda da renda dos pobres da zona rural. Percebe-se que a taxa de crescimento da renda dos pobres vem decrescendo ao longo do tempo. O maior crescimento da renda média dos pobres ocorreu no período 2001-2006.

TABELA 6.2

Taxa de crescimento da renda por decil

Decil	Brasil			Nordeste			Ceará					
	2001/2006	2006/2009	2009/2011	2001/2006	2006/2009	2009/2011	2001/2006	2006/2009	2009/2011			
1	70,66%	14,78%	7,34%	110,28%	64,40%	12,23%	-1,37%	81,98%	67,70%	22,48%	-5,27%	94,57%
2	39,31%	18,46%	11,55%	84,08%	38,21%	20,78%	9,90%	83,47%	35,19%	24,95%	6,51%	79,93%
3	32,42%	19,98%	10,75%	75,95%	36,96%	22,14%	11,08%	85,81%	36,60%	24,68%	8,39%	84,60%
4	27,89%	19,01%	10,82%	68,67%	34,94%	22,61%	10,77%	83,26%	36,07%	23,99%	10,08%	85,71%
5	24,14%	18,49%	10,36%	62,33%	32,98%	24,04%	10,99%	83,08%	31,16%	28,17%	9,76%	84,51%
6	22,14%	17,64%	9,17%	56,87%	31,51%	21,20%	10,11%	75,50%	31,27%	22,52%	11,77%	79,77%
7	17,94%	15,36%	8,69%	47,89%	29,32%	21,83%	9,33%	72,25%	28,89%	21,84%	10,95%	74,23%
8	14,18%	13,28%	7,02%	38,43%	27,05%	20,99%	8,42%	66,67%	24,05%	21,01%	11,69%	67,66%
9	10,62%	9,82%	5,25%	27,86%	20,87%	19,50%	6,16%	53,33%	21,71%	18,51%	9,88%	58,49%
10	5,74%	5,47%	4,10%	16,10%	15,99%	11,43%	2,46%	32,43%	-4,27%	22,48%	4,65%	22,70%
Decil	RMF			Urbano			Rural					
	2001/2006	2006/2009	2009/2011	2001/2006	2006/2009	2009/2011	2001/2006	2006/2009	2009/2011			
1	51,23%	16,88%	23,57%	118,42%	35,39%	10,20%	3,87%	54,97%	118,56%	31,84%	-13,81%	148,37%
2	40,65%	21,10%	16,72%	98,80%	25,40%	23,65%	12,03%	73,70%	66,51%	30,59%	-11,17%	93,15%
3	35,89%	19,33%	17,05%	89,81%	26,96%	24,15%	10,04%	73,45%	37,91%	30,29%	-2,53%	75,14%
4	30,36%	23,30%	13,83%	82,97%	26,66%	26,19%	8,03%	72,68%	32,17%	27,96%	1,41%	71,49%
5	27,14%	21,04%	15,54%	77,81%	22,13%	32,41%	9,91%	77,74%	39,96%	26,02%	3,89%	83,23%
6	18,81%	23,12%	13,10%	65,43%	26,31%	21,81%	14,81%	76,65%	43,34%	24,20%	8,18%	92,60%
7	16,41%	22,72%	10,71%	58,17%	32,06%	17,13%	14,28%	76,77%	41,21%	26,96%	8,11%	93,83%
8	13,09%	20,17%	7,82%	46,52%	31,23%	15,85%	18,48%	80,13%	38,05%	28,72%	3,58%	84,06%
9	5,49%	23,04%	2,07%	32,47%	34,40%	11,44%	15,37%	72,79%	30,95%	24,96%	9,67%	79,45%
10	-13,75%	19,58%	-3,10%	-0,05%	23,97%	20,93%	31,04%	96,45%	-0,65%	34,51%	5,77%	41,35%

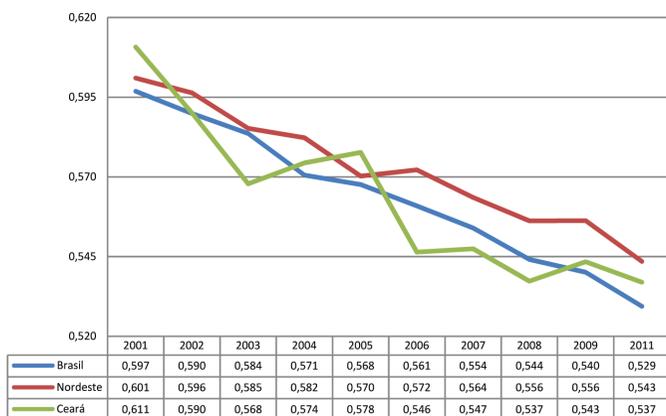
Fonte: IBGE/PNAD.

6.4 DESIGUALDADE

A década de 2000 foi marcada por uma acentuada redução da desigualdade de renda. A análise do índice de Gini (Gráfico 6.8), que mede a desigualdade na distribuição de renda domiciliar per capita, mostra que houve uma redução na concentração de renda ao longo de todo período. O Ceará apresentou a maior redução na desigualdade (12,08%), seguido pelo Brasil (11,31%) e Nordeste (9,58%).

GRÁFICO 6.8

Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* – Brasil, Nordeste e Ceará.

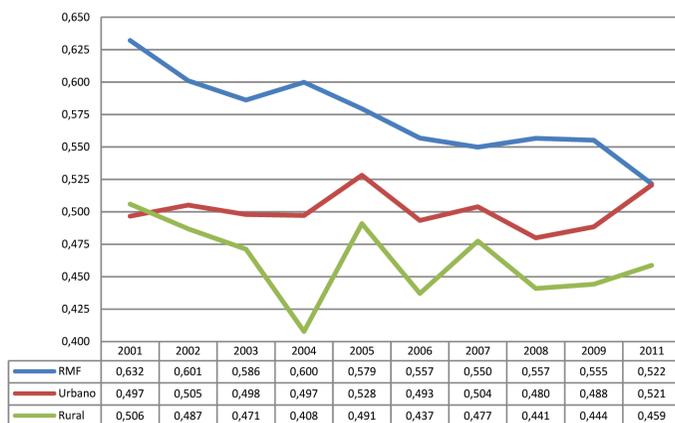


Fonte: IBGE/PNAD.

No Ceará a desigualdade de renda vem oscilando nos últimos anos. As maiores reduções ocorreram nos períodos 2001-2003 e 2004-2006, enquanto em 2004 e 2009 observam-se aumentos na desigualdade. As oscilações na trajetória de queda da desigualdade de renda cearense reflete a evolução do índice de Gini nas diferentes áreas geográficas do Estado.

GRÁFICO 6.9

Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* por áreas geográficas – Ceará



Fonte: IBGE/PNAD.

Enquanto a desigualdade de renda vem se reduzindo a um ritmo acelerado na RMF, principalmente o período 2009-2011, observa-se um aumento da concentração de renda nas zonas urbana e rural nos últimos anos. Esses movimentos diametralmente opostos culminaram com a ‘convergência’ da desigualdade de renda entre RMF e zona urbana¹². Ao longo de todo o período, a desigualdade de renda caiu 17,48% na RMF e 9,34% na zona rural, mas aumentou 4,83% na zona urbana.

O aumento da desigualdade de renda na zona urbana se deve a taxa de crescimento da renda do último decil ter sido maior que a dos decis inferiores, principalmente no período 2009-2011, como mostrado na Tabela 6.2. Na zona rural, além do crescimento da renda dos decis mais elevados, observa-se também uma redução da renda dos três primeiros decis. Por outro lado, na RMF a renda do decil mais elevado apresentou taxa de crescimento negativa durante o mesmo período, ao mesmo tempo em que a renda dos mais pobres aumentou consideravelmente.

Dois outros indicadores que refletem desigualdade de renda serão apresentados. São eles: as razões entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres (Gráfico 6.10) e entre as rendas médias dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres (Gráfico 6.11). Esses indicadores servirão para mostrar o comportamento da desigualdade entre diferentes estratos de renda.

¹² Vale lembrar que a análise considera a zona urbana excluindo a RMF.

GRÁFICO 6.10

Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres – Brasil, Nordeste e Ceará



Fonte: IBGE/PNAD.

A trajetória da razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres praticamente reproduz a trajetória do índice de Gini demonstrando que a desigualdade de renda entre esses estratos determina em grande medida o que ocorre na distribuição como um todo. Já a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres indica o aumento da desigualdade entre os extremos da distribuição, e são responsáveis pelas oscilações observadas na desigualdade de renda.

GRÁFICO 6.11

Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres – Brasil, Nordeste e Ceará

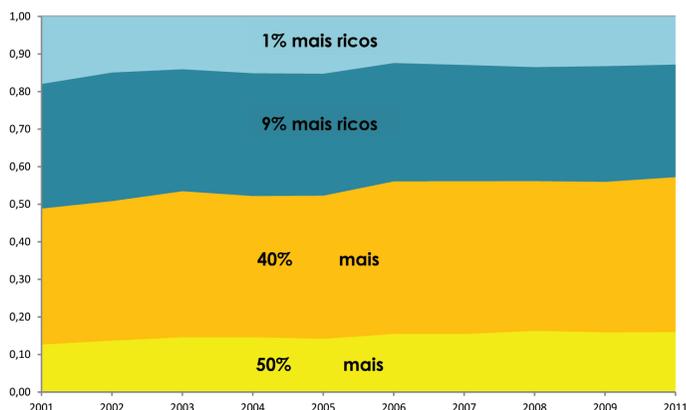


Fonte: IBGE/PNAD.

Além da razão das rendas médias entre ricos e pobres, outra forma de olhar a desigualdade de é observar a proporção da renda apropriada pelos percentis da população. No Ceará, a proporção da renda apropriada pelas camadas mais ricas diminuiu, enquanto a parcela apropriada pela camada mais pobre aumentou. Em 2001, os 10 % mais ricos se apoderavam de mais de 51% de toda a renda, enquanto a parcela destinada aos 50% mais pobres era de um pouco menos de 13%. Em 2011, a participação dos mais ricos passou a ser de menos de 43%, enquanto a parcela dos pobres aumentou para 16%.

GRÁFICO 6.12

Proporção da renda acumulada por percentis da população – Ceará



Fonte: IBGE/PNAD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises efetuadas, fica evidente que o Estado do Ceará possui, em termos gerais, um nível social melhor do que a Região Nordeste e vem, ao longo dos anos, avançando e reduzindo cada vez mais as disparidades em relação ao Brasil.

De fato, dos 22 indicadores selecionados para análise, em 18 deles o Ceará se encontrava em uma situação melhor que o Nordeste em 2009. No período entre 1999 e 2009, o Ceará teve melhor variação percentual do que o Brasil e o Nordeste em 16 indicadores, e em 11 indicadores entre 2006 e 2009.

Nesse estudo, destacam-se os avanços significativos alcançados nas áreas da educação, condições de domicílio, saúde e mercado de trabalho. E apesar da ainda elevada proporção de pobres e indigentes no Estado, os indicadores relativos à concentração de renda e pobreza têm mostrado que o Estado do Ceará tem avançado de maneira considerável havendo no período 1999 a 2009 expressivas reduções na desigualdade de renda e na proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza.

A análise dos indicadores sociais em 2011 e o acompanhamento das evoluções nos períodos selecionados deixam evidentes as conquistas, mas também mostram que há espaço para a melhoria do bem-estar da população cearense que é o objetivo maior do Governo do Estado do Ceará.